

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAIXA AMBIENTAL

CNPJ nº 08.576.668/0001-93
Código ISIN – BRCXAMCTF001

O Fundo de Investimento em Participações CAIXA AMBIENTAL - FIP CAIXA AMBIENTAL ("FUNDO"), inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 08.576.668/0001-93, está ofertando até 700.000 (setecentas mil) quotas, com valor unitário inicial de R\$ 1.000,00, correspondentes a até

R\$ 700.000.000,00

(setecentos milhões de reais). O total de recursos a serem captados para aporte no Fundo, até o Fechamento, será de no mínimo R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), e no máximo de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais). A distribuição pública das quotas foi deliberada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no SBS, Quadra 4, Lote 3/4, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04, representada pela Vice-Presidência de Ativos de Terceiros – VITER, localizada na Av. Paulista, nº 2300, 11º andar, em São Paulo/SP (o "Administrador") e o Ato de Constituição e o Regulamento do FUNDO foram registrados junto no 2º Ofício de Títulos e Documentos de Brasília/DF, conforme averbação de nº 000650477, à margem do Registro nº 0000647622, em 07/02/2007. A constituição do Fundo foi deliberada por meio de Ato de Constituição, assinado pelo Administrador do Fundo, datado de 28/12/2006.

O Fundo e a distribuição pública de suas quotas foram registrados na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 10/01/2007 sob nº CVM/SRE/RFP/2007/003. O Fundo de Investimento em Participações CAIXA AMBIENTAL - FIP CAIXA AMBIENTAL é regido pelas disposições de seu Regulamento, pelas Instruções CVM nº 391, por suas alterações posteriores, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Somente poderão participar na qualidade de quotistas do FUNDO Investidores Qualificados, conforme definidos no artigo 109, da Instrução CVM 409, de 18 de agosto de 2004.

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS QUOTAS DESTES FUNDO DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO E PARA O INVESTIDOR.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO ANTES DA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

O FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, PORÉM NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE ESTE ESTÁ EXPOSTO.

REGISTRO NA CVM DATADO DE 10 DE JANEIRO DE 2007.

Administrador



Gestor



Custódia



Consultor de Investimentos



Auditoria



A data deste Prospecto é 15 de março de 2007.

Índice

1	Características Básicas do Fundo	03
2	Regulamentação Aplicável	06
3	Instituição Administradora, Instituição Gestora, Consultor de Investimentos	07
	3.1 Instituição Administradora	07
	3.2 Instituição Gestora	09
	3.3 Consultor de Investimentos	13
4	Declarações	14
5	Distribuição	15
	5.1 Custos da Distribuição	15
6	O Setor de Meio Ambiente	16
	6.1 Saneamento Ambiental no Mundo	16
	6.2 Saneamento Ambiental no Brasil	19
7	Objetivo, Composição da Carteira, Comitê e Decisão de Investimentos	20
	7.1 Objetivo e Composição da Carteira	20
	7.2 Comitê de Investimento	20
	7.3 Critérios de Concentração	21
	7.4 Estratégia de Investimento	22
8	Patrimônio do Fundo e Características das Quotas	24
	8.1 Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo	24
9	Público Alvo e Negociação das Quotas	26
	9.1 Público Alvo	26
	9.2 Negociação de Quotas	26
10	Período de Investimento e Prazo de Duração do Fundo	27
11	Taxas e Encargos	28
	11.1 Taxa de Administração	28
	11.2 Taxa de Performance	29
	11.3 Encargos	30
12	Conflito de Interesses	32
13	Divulgação de Informações	33
	13.1 Atendimento ao Quotista	34
	13.2 Cópias do Regulamento e do Prospecto	34
14	Fatores de Risco	35
15	Tributação Aplicável	38
	15.1 Tributação Aplicável aos Quotistas	38
	15.2 Tributação Aplicável ao Fundo	40
16	Sumário de Contratos	41
	16.1 Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria	41
	16.2 Contrato de Prestação de Serviços de Gestão	41
	16.3 Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria de Investimentos	42
	Anexos:	
A	Regulamento do Fundo	45
B	Boletim de Subscrição e Termo de Adesão	88

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

Forma

o Fundo Investimento em Participações CAIXA AMBIENTAL (o "Fundo") é um fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, não admitindo resgate de quotas.

Administrador

é a Caixa Econômica Federal, instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, DF, no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04, representada pela Vice-Presidência de Ativos de Terceiros – VITER, localizada na Av. Paulista, nº 2300, 11º andar, em São Paulo/SP.

Auditor Independente

é a KPMG - Auditores Independentes, CNPJ 57.755.217/0001-29, com sede à Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, São Paulo/SP, CEP 04530-904.

Consultor de Investimentos

é a Voga Empreendimentos e Participações Ltda. e suas sociedades controladas ou coligadas (a "VOGA"), com sede na Rua Pedroso Alvarenga 584, 18º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e inscrita no CNPJ sob o nº 07.249.416/0001-97, contratada pelo Gestor, com a interveniência/anuência do Administrador.

Distribuição e Negociação de Quotas

as quotas do Fundo que tenham sido objeto de distribuição pública, ressalvadas as negociações privadas entre investidores qualificados, somente poderão ser negociadas no mercado de bolsa ou de balcão organizado, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado.

Gestor

é o Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., sociedade com sede na Rua Minas de Prata, nº 30, 15º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58.

Indexador

é o parâmetro de rentabilidade das quotas do Fundo, correspondente ao INPC acrescido de 8,5 % (oito e meio por cento) ao ano, capitalizado e calculada a rentabilidade *pro rata die*, considerado o ano de 360 (trezentos e sessenta) dias.

INPC

é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, adotando metodologia de apuração e cálculo semelhante.

Instituição Custodiante e Agente Escriturador

é o Banco Santander Banespa S.A, CNPJ: 90.400.888/0001-42, sito à Rua Amador Bueno 474, Sto. Amaro, São Paulo, SP, CEP: 04752-000.

Investimento Inicial Mínimo

R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Patrimônio do Fundo

o total de recursos captados para aporte no Fundo será de, no mínimo, R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), e, no máximo, de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais).

Período de Investimento

é o período no qual o Fundo deverá realizar os investimentos nos ativos dos Setores Alvo, até o quarto aniversário do Primeiro Fechamento.

Prazo de Duração

é o prazo de duração do Fundo, qual seja, 10 (dez) anos, contados da data de encerramento do Primeiro Fechamento, podendo ser prorrogado, na forma do Artigo 4º e do Parágrafo Primeiro do Artigo 61 do Regulamento anexo a este prospecto.

Fechamento - é a data em que todos os quotistas tiverem firmado os Boletins de Subscrição.

Público Alvo

o Fundo destina-se a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409 de 18/8/2004 e alterações posteriores.

Quantidade de Quotas Ofertadas

de 400.000 (quatrocentas mil) até 700.000 (setecentas mil) quotas.

Regulamentação

Instruções CVM nº 391, de 16/7/2003, alterada pelas instruções CVM nºs 435/06, 450/07 e 453/07.

Setores Alvo

são os setores (i) de saneamento ambiental incluindo mas não limitado a atividades correlatas a abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos urbanos e/ou hospitalares, manejo de águas pluviais urbanas, controle de vetores e de reservatórios de doenças transmissíveis, desenvolvimento de novas tecnologias de prevenção e de recuperação do meio ambiente, reaproveitamento da água e manejo de resíduos para geração de energia, armazenamento e destinação final de resíduos industriais e reciclagem de resíduos para fins industriais, certificados de carbono, biodiesel, geração de energia e fabricação de equipamentos utilizados nas atividades correlatas a saneamento; e os setores (ii) que desempenhem atividades com o emprego de técnicas e tecnologias que privilegiem a redução do consumo de insumos físicos e energia.

Taxa de Administração

(a) durante o Período de Investimento, a taxa de administração a ser paga pelo Fundo ao

Administrador, ao Gestor e ao Consultor de Investimentos pela prestação desses serviços corresponderá a 1,5% (um e meio por cento) ao ano incidentes sobre o Capital Comprometido; e

(b) após o Período de Investimento, a taxa de administração a ser paga pelo Fundo ao Administrador, ao Gestor e ao Consultor de Investimentos pela prestação desses serviços corresponderá a 1,5% (um e meio por cento) ao ano incidentes sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.

Taxa de Performance

20% (vinte por cento) da rentabilidade líquida do Fundo que exceder INPC+ 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano.

Valor de Emissão e Subscrição de cada Quota

R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Valores Mobiliários

são ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confirmem o direito ao recebimento de ações ou que estejam em consonância com as exigências da CVM para esta modalidade de fundo de investimento, ou ainda, outros títulos e valores mobiliários adequados a exigências específicas das Companhias Alvo, que o Comitê de Investimento entenda possam ser convertidos em ativos de liquidez, e cuja aquisição esteja em consonância com os objetivos do Fundo e a regulamentação aplicável.

Volume da Emissão

de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) até R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais).

2. REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

O Fundo Investimento em Participações CAIXA AMBIENTAL (o "Fundo") é um fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, não admitindo resgate de quotas. O Fundo é regido pelas Instruções da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nºs 391, de 16 de julho de 2003, e nº 406, de 18 de agosto de 2004, pelo seu Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

3. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, INSTITUIÇÃO GESTORA E CONSULTOR DE INVESTIMENTOS

3.1 Instituição Administradora

Fundada em 12 de janeiro de 1861, na cidade do Rio de Janeiro, pelo Imperador D. Pedro II, com o objetivo de conceder empréstimos e incentivar a poupança popular, a Caixa Econômica Federal é, atualmente, uma instituição financeira de capital fechado, sob controle nacional público, regida pelo Estatuto aprovado por meio do Decreto nº. 5.056, de 29 de março de 2004, inscrita no CNPJ/MF nº. 00.360.305/0001-04 e com sede em Brasília/DF, no SBS, Quadra 04, Lote 3/4.

A CAIXA é o principal agente das políticas públicas do governo federal estando presente na vida de milhões de brasileiros. A CAIXA – uma empresa 100% pública – atende não só os seus clientes bancários, mas todos os trabalhadores formais do Brasil, estes por meio do pagamento de FGTS, PIS e seguro-desemprego; beneficiários de programas sociais e apostadores das Loterias. É também responsável pela gestão das mais de 130 milhões de contas de FGTS. É o maior banco público da América Latina. Sua base de clientes foi expandida em 42% nos últimos dois anos e meio, subindo de 23,1 milhões para 33,6 milhões de pessoas. E mais de 3 milhões de pessoas ingressaram no sistema bancário brasileiro por meio do programa de conta simplificada, a maior ação de inclusão bancária do país.

O volume de depósitos à vista na CAIXA cresceu 16% no período e o de depósitos de poupança 18%, atingindo um saldo de R\$ 50,2 bilhões, consolidando a sua posição de instituição líder neste segmento. Entre 2002 e a metade de 2005, o ativo bancário da empresa aumentou 30% – segundo maior ativo entre as instituições financeiras atuantes no Brasil. Na primeira metade de 2005, a CAIXA obteve o maior lucro semestral de sua história. Uma das principais razões para esse resultado foi a forte expansão das receitas com operações de crédito, que, desde 2003, tiveram incremento de 101%. Nesse mesmo ano, a CAIXA foi premiada em quatro categorias pelo Guia Exame, que avalia os melhores fundos de investimento do mercado.

Sua rede de atendimento, a maior do País, abrange todos os 5.561 municípios brasileiros, com mais de 17 mil pontos de atendimento entre agências, lotéricas e correspondentes

bancários. Em 2003, iniciou-se o projeto de instalação de 500 novas agências, das quais mais de 150 já estão funcionando. Quase 3,5 mil novos correspondentes bancários e lotéricas foram instalados nos últimos 30 meses. Oferece, também, terminais eletrônicos, Banco 24h, CAIXA Rápido, débito automático, atendimento telefônico e o Internet Banking CAIXA. Desde 2004, os brasileiros emigrados podem utilizar o CAIXA Internacional para fazer remessas de recursos ao país. Firmado em 2005, um convênio com o banco português BCP garantiu ainda mais facilidade nesse processo.

3.1.1 Histórico da VITER - Vice-Presidência de Ativos de Terceiros

A CAIXA atua na administração de recursos de terceiros desde 1991. Representada, desde 1998, na gestão de Ativos de Terceiros pela VITER - Vice-Presidência de Ativos de Terceiros, a Caixa Econômica Federal vem apresentando crescimento significativo no volume de recursos sob sua administração. São cerca de R\$ 165 bilhões provenientes de aplicações em fundos de investimento, carteiras administradas e fundos governamentais, como o FGTS, o FDS e o FAR. A Moody's América Latina atribuiu Rating MQ1 de Qualidade de Gestor de Investimentos para a VITER.

A CAIXA tem sob sua administração 115 produtos, entre fundos de investimento e carteiras administradas. Destes, 40 fundos voltados para a Rede, 30 fundos exclusivos, 4 fundos de previdência aberta, 13 fundos mãe (FI de FIC), 25 carteiras administradas, 1 fundo imobiliário e 2 fundos de direitos creditórios.

No decorrer de 2005 e 2006 a VITER recebeu diversas premiações com destaque para a premiação da Revista Exame, sendo eleita como Melhor Gestor de Fundos de Varejo pelo segundo ano consecutivo e como Melhor Gestor de Megafundos.

3.1.2 Equipe

Roberto Carlos Madoglio – Gerente Nacional de Fundos Especiais

Graduado em Administração / Pós Graduado em Desenvolvimento Gerencial/Especialização em Fundos de Investimentos PUC/TREVISAN

Graduado em Administração, com pós-graduação em Desenvolvimento Gerencial. Ingressou na CAIXA em 2001, e a partir deste mesmo ano iniciou na área de administração de recursos de terceiros, onde desempenhou atividades técnicas, exerceu a função de Gerente Operacional, antes de assumir a atual função.

Yoshio Marcos Hashimoto – Gerente de Produto

MBA Gestão de Risco FIPECAFI/USP – 2001

Set/97 a Jun/98 – Analista da área de finanças da CAIXA (GEAOF/GETEC);
Jul/98 a Out/02 – Analista de carteira de ativos de fundos de investimento da CAIXA – VITER(antiga DIRAT);
Nov/02 a Mar/03 – Gerente Operacional – Responsável pela Célula de Atendimento da VITER aos EN (SUPOT02);
Abr/03 a Ago/04 – Coordenador – Responsável pela Gestão da carteira de ativos dos fundos de Rede da CAIXA(SUGET/GEFIX);
a partir de Set/04 - Gerente de Produto – Responsável pela estruturação e modelagem de Fundos Especiais (VITER/GEFES).

Flávio Eduardo Arakaki – Gerente Operacional

Graduado em Administração/ Especialização em Fundos de Investimentos PUC/TREVISAN
Graduado em Administração, com pós-graduação em Fundos de Investimentos e especialização em Engenharia Econômica; ingressou na CAIXA em 1999, permanecendo durante dois anos na área de crédito empresarial e a partir de 2001 ingressou na Vice-Presidência de administração de recursos de terceiros, passando pelas áreas de Renda Variável, Estudos e Cenários Econômicos e Pesquisa Quantitativa, como analista. Desde 2004 exerce a função de Gerente Operacional na área de Fundos Especiais.

3.2 Instituição Gestora

O Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A é um banco de investimentos integrante do Grupo Banif, um conglomerado financeiro internacional com sede em Portugal e ações negociadas na Euronext. O grupo possui diversas empresas atuando no setor financeiro, segurador e imobiliário, apoiado por uma vasta rede de distribuição e uma operação internacional.

Em Portugal, o Grupo Banif desenvolve a atividade de private equity por meio de duas instituições: a NewCapital – Sociedade de Capital de Risco, SA e a Centro Venture, cujos capitais comprometidos totalizavam € 22 milhões e € 10 milhões em setembro de 2006, respectivamente. Em conjunto com outras instituições portuguesas, o Grupo Banif participa também em outros veículos de private equity: Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário MC2, Fomentinvest e Finpro, sendo que estes dois últimos destacam-se por sua atuação no setor de saneamento e meio ambiente.

O Grupo Banif está presente no Brasil desde 1996, quando abriu, autorizado pelo Banco Central, seu escritório de representação. Em 1999, esta presença foi consolidada com a aquisição do Banco Primus S.A., constituído em 1986.

Com longa tradição e expertise no mercado de capitais, o Banif participou de diversas operações de emissão de valores mobiliários, reestruturação de passivos, securitização, fusões e aquisições, e assessoria financeira em privatizações. O Banif se caracteriza pelo

foco no atendimento aos clientes institucionais, corporativos, com ênfase em crédito e operações estruturadas.

Em 2005, entre as operações coordenadas pelo Banif destacam-se as debêntures da CADIP – Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., no valor de R\$120 milhões, 2ª e 3ª emissão de debêntures da Gafisa S.A., no valor total de R\$ 179 milhões, e a distribuição de quotas do FIDC BMC Premium – Veículo, no valor de R\$100 milhões.

Em 2006, entre as operações coordenadas pelo Banif destacam-se a 4ª emissão de debêntures da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, no valor total de R\$600 milhões, a distribuição de cotas do CRI oriundo da Petrobrás Distribuidora, no valor de R\$73,6 milhões, a emissão de Notas Promissórias e CCBs para FURNAS, no valor total de R\$350 milhões e R\$112,6 milhões respectivamente, e a distribuição de debêntures do BNDESPar, no valor total de R\$500 milhões. O Banif também atuou na distribuição de cotas do FIP Banif Primus Real Estate, no valor de R\$50 milhões e no CRI da Beta Securitizadora S.A. no valor de R\$7,1 milhões.

3.2.1 Equipe

Gestor- Banif Primus Banco de Investimentos S.A.

Wagner Cimino

Corporate Finance - Execução

Graduação em Administração de Empresas e Ciências Contábeis, FEA - USP
--

Possui quinze anos de experiência no mercado financeiro na área de <i>Corporate Finance & Financial Advisory</i> , com ênfase em Fusões & Aquisições. Ingressou no Banif em fevereiro de 2004, como superintendente da área de <i>Financial Advisory</i> e <i>M&A</i> , tendo coordenado desde então as seguintes operações: alienação da Way Brasil para a Telemar, alienação de diversas participações minoritárias detidas pela CELESC em empresas do setor elétrico, avaliações econômico-financeiras da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento e da SCGÁS – Companhia de Gás de Santa Catarina. Como gerente sênior da área de <i>Corporate Finance</i> do HSBC Investment Bank, assessorou o grupo francês CNP na aquisição do controle da Caixa Seguros em 2001, coordenou o due-diligence da CSN na tentativa de fusão com a Corus em 2002 e assessorou a Coats na aquisição de uma divisão têxtil do Grupo Vicunha concretizada no início de 2003. Atuou na área de <i>Corporate Finance</i> do Banco CCF Brasil no período 1990-2000, tendo participado de diversas operações de Fusões & Aquisições e Privatização com destaque para as seguintes: implantação da Renault no País em 1995, aquisição da VEA pela SITA em 1997, privatização do Banco Meridional em 1997, aquisição do Ática Shopping Cultural pela FNAC em 1998, aquisição da divisão de hipermercados das Lojas Americanas pelo grupo Comptoirs Modernes em 1998, aquisição de diversas redes de supermercados (Mineirão, Planaltão, Roncetti e RDC) pelo Carrefour no biênio 1999-2000, privatização do Banestado em 2000.
--

Murilo Hyai

Corporate Finance - Execução

MBA em Finanças, Johnson Graduate School of Management, Cornell University

Sete anos de experiência profissional, iniciou sua carreira na área de M&A do Santander Investment, tendo trabalhado em projetos envolvendo a privatização do Sistema Telebrás e no mandato para a abertura de capital da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA). Atuou como analista de M&A da Enron América do Sul e especialista líder da área de Novos Negócios da CPFL Energia, tendo analisado diversos projetos no setor elétrico. Atuou também na Brasilpar Serviços Financeiros como Gerente de Projetos de M&A. Candidato ao CFA Nível 2.

Álvaro Dantas

Corporate Finance - Execução

Graduação em Administração de Empresas, PUC-SP e Ciências Contábeis, UNIP

Durante seis anos trabalhou na PricewaterhouseCoopers, três em auditoria de Instituições Financeiras e três em Corporate Finance, participando de diversos trabalhos de avaliação econômico-financeira de empresas, reestruturação de dívida e estruturação de Parceria Público-Privada.

Benjamin Liang

Corporate Finance - Execução

Graduação em Ciências Econômicas, Ibmec São Paulo

Atuou nos departamentos de Análise de Crédito e na Tesouraria do Itaú BBA. Participou do processo de aprovação de crédito de empresas dos setores farmacêutico, comércio varejista, automobilístico e papel e celulose. Na Mesa de Derivativos, apoiou os traders, marcando a mercado e gerando relatórios sobre as posições da mesa. Trabalhou na área de Planejamento Consolidado do Unibanco, elaborando um trabalho sobre fatores que afetam a não convergência do resultado orçado com o resultado real.

3.2.2 Equipe de *Private Equity* localizada em Portugal:**Pedro Pinto Coelho**

Global Head, Financial Advisory – Banif Investimento

MBA, Institut Supérieur des Affaires, HEC (Paris, França)

Quatorze anos de experiência no mercado financeiro, é responsável global pelas áreas de *Private Equity*, *Corporate Finance*, *M&A*, *Project Finance* e *Leverage Finance* do Banif. Exerceu o cargo de responsável da área de banco de investimento do Citigroup em Portugal, sendo responsável pela origem e execução de todos produtos de banco de investimentos. Foi gerente de *Corporate Finance* no Banco Espírito Santo, tendo participado na assessoria de operações de fusões e aquisições, outras de reestruturação corporativa e privatizações.

Miguel R. Alves

Diretor – Banif Investimento

Pós-graduação em Finanças, ISCTE (Lisboa, Portugal)

Responsável pelas áreas de *Private Equity* e *Leverage Finance* do Banif Investimento em Portugal. Possui ampla experiência em consultoria financeira e banco de investimentos, tendo desenvolvido projetos em Portugal, Reino Unido, França, Angola, entre outros. Desempenhou funções no departamento de *Corporate Restructuring* da KPMG em Londres, na qualidade de *Senior Manager*, e anteriormente no departamento de *Corporate Finance* da KPMG em Lisboa como *Associate Director*. Na KPMG, onde ingressou em 2001, participou na execução de mandatos de assessoria na estruturação, negociação e contratação de financiamentos estruturados (*project finance*, PPP/PFI e *acquisition financing*), e na assessoria em processos de avaliações, *M&A* e reestruturação de empresas. Iniciou a sua carreira na Arthur Andersen tendo ainda trabalhado na sucursal em Portugal do Banco Africano de Investimentos.

Das várias operações realizadas ao longo da sua carreira, destaca-se a liderança de 14 projetos de saneamento e abastecimento de água. Estes projetos foram realizados enquanto assessor do grupo Somague – Sacyr Vallehermoso (um dos líderes mundiais neste setor) nas licitações para diversos projetos de saneamento, abastecimento de água e tratamento de resíduos sólidos. O trabalho incluiu a estruturação de proposta, a análise de viabilidade económico-financeira e de riscos e a estruturação, montagem e negociação dos financiamentos. Na área de *private equity* está atualmente envolvido em diversos projetos na área do ambiente e recursos naturais, incluindo projetos de biomassa e biodiesel.

Luís Teles

Diretor – Banif Investimento

MBA, Universidade Nova de Lisboa (Lisboa, Portugal)

Possui grande experiência em projetos estruturados em regime de PPP e *Project Finance* no mercado internacional. Iniciou a sua carreira no Banco Efisa onde fez parte da equipa de *Project Finance*, tendo posteriormente ingressado no DEPFA Bank plc em Londres, na equipa de *Infrastructure Finance and Advisory*.

Dentre os projetos em que esteve envolvido em Portugal destacam-se na área de meio ambiente: a assessoria financeira à Câmara de Cascais na Concessão de Distribuição de Água e Saneamento Básico de Cascais, na estruturação de dois projetos de energia eólica e em diversos projetos de cogeração.

Rafael Quintella

Analista – Banif Investimento

Especialização em Gestão da Sustentabilidade, FGV-SP (em andamento), Graduação em

Administração de Empresas, FAAP-SP

Trabalhou no departamento de Corporate Finance da Ernst & Young, participando de diversos trabalhos de avaliação económico-financeira de empresas e reestruturação de dívida. Atuou em projetos nos mais diversos setores, tais como: aéreo, bebidas, química, mídia, mineração, e outros. Participou da venda de, aproximadamente, 1,5 milhão de toneladas de crédito de carbono de uma empresa brasileira do setor de saneamento ao European Carbon Fund.

Antes disso, trabalhou no departamento comercial da Cisa Trading, empresa do Grupo Coimex, focada em importação de bens de consumo para clientes de grande porte.

Juntou-se ao Banif em São Paulo em abril de 2006 e em janeiro de 2007, transferiu-se para a sede em Lisboa.

3.3 Consultor de Investimentos

3.3.1 Voga Advisory - Equipe

Samuel Oliveira

Sócio, Voga Advisory

Graduação em Direito pela USP, Graduação em Administração pela FGV, Mestre pela Faculdade de Economia e Administração da USP. Possui créditos em Economia na Universidade de Princeton (New Jersey) e em Administração pela Universidade de Columbia (New York)

Possui mais de 20 anos de experiência em Finanças Corporativas tendo atuado em importantes transações de Fusões e Aquisições e Mercado de Capitais nos setores de Telecom, Media, Tecnologia e Infra-estrutura em instituições de primeira linha na América Latina como Coopers & Lybrand, UBS, Banco Pactual, Donaldson, Lufkin & Jenrette e CSFB Garantia. Antes de ingressar no mercado financeiro, exerceu funções de destaque na área de planejamento e controle da Procter & Gamble e da BASF. Foi ainda assessor especial da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Fabiano Ramos

Sócio, Voga Advisory

Graduação em Finanças com concentração em economia pela Southern Illinois University, MBA pela mesma universidade.

Iniciou sua carreira em 1990 tendo adquirido vasta experiência nas áreas de Investment Banking, Corporate Finance e fusões e aquisições. Exerceu cargo de diretoria na Merrill Lynch e ING Barings, nos quais atuou em diversas transações que envolveram financiamentos e aquisições alavancadas no Brasil e América Latina, tanto no setor público como privado. Foi também CFO do Mercado Eletrônico S/A onde era responsável pela atração de novos investidores e na estruturação de novos aportes.

Alexandre Doria

Sócio, Voga Advisory

Graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Santa Úrsula (RJ), MBA pela University of Birmingham (UK), Master of Arts em International Relations pela Fletcher School of Law and Diplomacy (US).

Possui mais de 20 anos de experiência em Corporate Finance e Investment Banking. Ao longo deste período trabalhou em instituições financeiras como ING Barings, Patrimônio/Salomon Brothers, DLJ, CSFB/Garantia e Citigroup. Seu foco de atuação tem sido assessoria em fusões e aquisições, bem como levantamento de recursos no mercado de capitais para grandes empresas. Originou e executou importantes transações nos setores de siderurgia, cimento e energia.

Cynthia Galia Alves

Analista, Voga Advisory

Graduação em Administração de Empresas pela Escola de Administração Mauá, Pós-Graduação em Análise de Investimento pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais).

Possui 5 anos de experiência na indústria de bancos tendo passado pelas áreas de Private Banking, Asset Management, Previdência e Área Internacional. Atuou durante 2 anos com captação de recursos no setor privado. Trabalhou na Gafisa, Rádio Cidade, Banco Fibra e Santander.

Renata Gallucci

Analista, Voga Advisory

Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas

Possui 3 anos de experiência como analista financeira na área de corporate finance. Participou de projetos de M&A em diversos setores no HSBC Investment Bank e Stratus.

4 DECLARAÇÕES

4.1 Declaração da Instituição Administradora e Coordenador da Distribuição

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400/03, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de Administrador do Fundo, declara, nos termos do art. 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (i) que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição; (ii) que as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que integram o Prospecto são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e (iii) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas pelo Fundo no Prospecto estejam de acordo com as normas pertinentes e permitam aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

Na qualidade de coordenador da distribuição de títulos e valores mobiliários junto a investidores institucionais, exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta na CVM, declara, nos termos do art. 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (i) que as informações prestadas pelo ofertante são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e (ii) que as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

5 DISTRIBUIÇÃO

A distribuição das quotas do Fundo se dará por meio de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em especial a Administradora e iniciar-se-á após a concessão de autorização para funcionamento o Fundo e registro na CVM, concedidas automaticamente mediante protocolo de documentos de constituição.

5.1 CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO

A tabela abaixo demonstra o custo da distribuição de quotas do FIP CAIXA Ambiental, considerando a Emissão de até 700.000 (setecentas mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo o total de até 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais):

Custos da Distribuição		
Custos	Montante R\$	% do valor total da distribuição pública
Comissão de Coordenação	0,00	0%
Comissão de Colocação	0,00	0%
Comissão de Estruturação	0,00	0%
Taxa de Registro na CVM	82.870,00	0,011838571%
Outras Despesas Estimadas ⁽¹⁾	30.559,00	0,004365571%
Total	113.429,00	0,016204143%
⁽¹⁾ Inclui despesas com registro em cartório, publicação de anúncios de início e de encerramento e confecção de prospecto.		
Custo Unitário da Distribuição		
Custo total da distribuição	Quotas emitidas	Custo por Quota
R\$ 113.429,00	Até 700.000	R\$0,16
Valor Nominal Unitário da Quota	Custo Unitário de Distribuição R\$	%
R\$ 1.000,00	R\$0,16	0,016%

6. O SETOR DE MEIO AMBIENTE

6.1 Saneamento Ambiental no Mundo

O setor de Saneamento Ambiental no mundo tem passado por fortes transformações fruto da conjunção de diversos fatores dos quais se destacam: a maior consciência dos países desenvolvidos na questão do aquecimento global, desenvolvimento de novas tecnologias de materiais, processos e de preservação e de recuperação do meio ambiente e preocupação crescente com a questão energética.

Como resultado, um volume de recursos cada vez maior tem sido investido tanto por Governos quanto pela iniciativa privada, tornando o emergente Setor de Meio Ambiente um dos que mais cresce no mundo, proporcionando assim uma ampla gama de oportunidades de investimentos. Somente os países membros da OCDE representavam no início da década cerca de 80% do mercado global de meio ambiente. Mas são as nações da Ásia e da América Latina que apresentam mercados com crescimento mais vigoroso, devendo representar a metade do mercado até o ano de 2010.

Apenas nos EUA a Management Information Services, Inc de Washington D.C. (“MISI”) estima que no ano de 2003 atividades ligadas à proteção do meio ambiente geraram US\$301 bilhões em vendas na respectiva indústria e cerca de US\$20 bilhões em lucros. Além disto, esta mesma indústria empregava naquele ano cerca de 5 milhões de pessoas, tendo arrecadado cerca de US\$45 bilhões em impostos. A MISI prevê que a receita total da indústria do meio ambiente nos EUA deverá atingir US\$357 bilhões em 2010, atingindo cerca de 5.4 milhões de postos de trabalho.

O Environmental Business Journal divide a indústria americana de meio ambiente em 12 categorias:

1. Serviços de Análises
2. Resíduos Sólidos
3. Remediação e Tratamento de Material Perigoso
4. Aterro de Asbestos
5. Infraestrutura de Água
6. Serviços de Abastecimento de Água

7. Engenharia e Consultoria
8. Recuperação e Reciclagem
9. Manufatura de Instrumentos
10. Controle de Poluição do Ar
11. Equipamentos de Tratamento de Dejetos
12. Fontes de Energia Ambiental

Além da clara necessidade de redução da dependência de combustíveis fósseis através da pesquisa e viabilização de combustíveis alternativos, a luta global pela preservação do meio ambiente objetiva também reduzir os impactos que a dispersão de poluentes exerce na degradação de áreas produtoras de alimentos e no aquecimento global.

Neste sentido, diversas nações foram signatárias de um acordo de redução de emissão de gases de efeito estufa firmado em 1997 na cidade de Kyoto, como consequência da Declaração das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento emitida durante a ECO 92 realizada no Rio de Janeiro, que criou a *UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Exchange*.

O Protocolo de Kyoto é um tratado internacional cujo objetivo principal é fazer com que, entre 2008 e 2012, os países desenvolvidos reduzam em média 5,2% suas emissões de gases causadores do efeito estufa em relação ao nível de emissões de 1990. Se um país falhar no cumprimento do Protocolo, poderá ser forçado a reduzir sua produção industrial. Embora em seu início o Protocolo não fosse específico, a partir das reuniões negociadoras do Marrocos, no final de 2001, foram definidos cinco pontos principais: compromissos legalmente vinculados para países desenvolvidos, métodos de implementação do Protocolo diferentes da redução de emissões (implementação conjunta), minimização de impactos em países em desenvolvimento (incluindo assistência para diversificar suas economias), relatórios e revisões por uma equipe de especialistas, e cumprimento avaliado por um comitê. Até o final de 2003 cerca de 80 países responsáveis por 55% da emissão de gases de efeito estufa haviam aderido ao Protocolo. Dos países desenvolvidos apenas os EUA, responsáveis por 25% destas emissões, ainda não é signatário.

Durante a conferência Global sobre Clima realizada em 2004 em Bonn, foi previsto um volume de investimentos na oferta de energia da ordem de US\$16 trilhões nos próximos 30

anos, sendo que deste total uma significativa parcela deverá ser orientada para fontes renováveis, e em especial, para a energia de Biomassa. Até 2003, segundo a Agência Internacional de Energia, cerca de 13.6% da energia consumida no mundo já era renovável. Com o tempo espera-se que esta participação cresça consideravelmente em detrimento da parcela dos combustíveis fósseis na matriz energética.

Com a criação de padrões técnicos e a consequente certificação de redução de emissões de poluentes, um mercado de Certificados de Emissões Reduzidas foi criado, e movimenta hoje bilhões de dólares no mundo todo, seja através do trading de títulos, seja através da geração de projetos que permitem a sua emissão em mercado primário.

6.2 Saneamento Ambiental no Brasil

A conscientização de que o desenvolvimento econômico tem trazido prejuízos ao meio ambiente tem provocado a adoção de políticas de conservação mais rígidas e, conseqüentemente, o aparecimento de excelentes oportunidades de negócios para investidores financeiros, além da ampliação do conceito de saneamento no mundo todo. Atualmente, segundo o Ministério do Planejamento, as necessidades de recursos para universalizar o acesso à água no Brasil são de aproximadamente 0,45% do PIB ao ano. Estima-se que seja possível universalizar o atendimento à população urbana e rural com água e esgoto em 20 anos, incluindo necessidades de reposição.

No que se refere à energia elétrica, para dar sustentabilidade ao crescimento da economia, um estudo realizado pela FGV recomenda uma elevação de 1% ao ano na capacidade de geração por habitante. Incluindo a transmissão, isso exigiria R\$ 27,37 bilhões de investimentos no período - R\$ 6,84 bilhões ao ano. A estimativa do que se precisa investir para melhorar as condições de saneamento básico até 2010 leva em conta uma elevação, de 51% para 60% do total, no número de domicílios com acesso a rede de esgoto. Aqueles alcançados pelas redes de abastecimento de água potável passariam de 79,5% para 82%. Para tanto, seriam necessários, pelos cálculos da FGV, R\$ 24,14 bilhões no quadriênio de mandato do próximo presidente da República.

Ao se reunir dados da Associação Brasileira de Engenharia Ambiental – ABES com dados oficiais do Ministério do Planejamento, pode-se concluir que o setor de Saneamento Ambiental (Público e Privado) representa hoje cerca de 1 a 2% do PIB, possuindo uma capacidade de crescimento de mais de 6% ao ano (ou duas vezes o crescimento

projetado do Produto Interno) nos próximos 10 anos sem considerar o mercado de energia que deverá crescer 5.1% ao ano no período, de acordo com previsões do Ministério de Minas e Energia - MME.

Para fazer frente ao crescimento do mercado de energia, serão necessários investimentos de US\$56 bilhões em 10 anos, o que representa uma expansão anual de cerca de 3.000 MW médios. A maior parte destes investimentos deverá ser orientada para fontes renováveis de energia e, em alguma medida, para energia oriunda da Biomassa, sendo a cana de açúcar e a madeira os maiores insumos. Neste sentido e em virtude da consciência ambiental, a proporção das fontes de energia de Biomassa tem crescido consideravelmente em relação ao total de fontes renováveis, sendo o PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes de Energia Alternativa, um dos responsáveis por esta evolução, entre outros esforços localizados empreendidos pelo setor empresarial. No caso do etanol, até 2010 estima-se que mais de US\$40 bilhões sejam investidos na construção de 56 plantas que adicionarão 10 milhões de metros cúbicos à produção deste combustível. Segundo dados do próprio MME, durante o período de 1970 – 2005 a utilização do álcool como combustível evitou o despejo na atmosfera de mais de 644 milhões de toneladas de CO₂.

7. OBJETIVO, COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA, COMITÊ E DECISÃO DE INVESTIMENTOS

7.1 Objetivo e Composição da Carteira

O objetivo do Fundo é obter retornos superiores ao Indexador com valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em carteira diversificada de ações, debêntures ou outros Valores Mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias brasileiras abertas ou fechadas, pertencentes aos Setores Alvo. O Fundo participará do processo decisório das Companhias Investidas, exercendo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, observado o Regulamento.

Constitui-se objetivo do Fundo investir em valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Alvo, que resultem na participação do processo decisório das Companhias Investidas, sendo obrigatório que, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do Patrimônio Líquido esteja investido nos Setores Alvo.

O Fundo poderá ainda investir em ações, títulos e valores mobiliários não conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias públicas ou privadas, abertas ou fechadas dos Setores Alvo, que o Comitê de Investimento entenda possam ser convertidos em ativos de liquidez, e que não representem participação, exceto em companhias que estejam ou possam estar em processo de recuperação e reestruturação, observado o disposto na legislação aplicável.

Os Valores Mobiliários das Companhias Alvo poderão ser ilíquidos no momento do investimento, mas o Fundo deverá envidar seus melhores esforços para que a Companhia Investida, caso seja fechada, venha a atender, no que couber, aos padrões de governança corporativa exigidos pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA para a listagem das ações de sua emissão para a negociação no Novo Mercado ou Nível 2 da BOVESPA, observadas, ainda, as condições exigidas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.456, de 7 de julho de 2007, ou pelo normativo que venha a substituí-la, atinente à aplicação dos recursos dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar.

7.2 Comitê de Investimento

O Fundo terá um Comitê de Investimento, não remunerado pelo Fundo, composto por, no máximo, 9 (nove) membros e respectivos suplentes, a serem eleitos e nomeados por

ocasião da 1ª Assembléia Geral de Quotistas, sendo até 6 (seis) membros indicados pelos quotistas, 01 (um) membro indicado pelo Gestor, 01 (um) membro indicado pelo Administrador e 01 (um) membro indicado pelo Consultor de Investimentos, todas pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, com mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a recondução. Os membros do Comitê de Investimento poderão ser substituídos a qualquer tempo por solicitação dos quotistas que os indicaram.

Compete ao Comitê de Investimento deliberar sobre:

I - os investimentos a serem realizados pelo Fundo;

II - os desinvestimentos a serem realizados pelo Fundo;

III - as demais decisões relevantes, inclusive aumento de participação, adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do Fundo;

IV - os eventuais desenquadramentos do Fundo, no prazo compreendido entre as chamadas das Integralizações Remanescentes e os efetivos investimentos nas Companhias Investidas.

V - as despesas extraordinárias.

VI – deliberar sobre as eventuais situações de conflitos de interesses.

VII - aprovar a baixa contábil parcial ou total de investimentos realizados pelo Fundo,

VIII – deliberar sobre a possibilidade de encerramento antecipado do Período de Investimentos.

7.3 Critérios de Concentração

No último dia do Período de Investimento os seguintes critérios serão aplicáveis, sendo os Valores Mobiliários e ativos financeiros avaliados para esse fim por seus respectivos custos de aquisição:

I – Ativos inseridos no setor de saneamento, incluindo abastecimento de água, esgotamento sanitário e manuseio de resíduos sólidos: até 50% do Capital Comprometido;

II – O conjunto de ativos relacionados ao setor de meio ambiente e os ativos representados por créditos de carbono e biodiesel, não deverão ultrapassar o limite de

50% do Capital Comprometido, sendo que deste montante até 50% relacionado aos demais setores em projetos de *green field*, ou seja, projetos completamente novos, ainda em fase pré-operacional de estudo e desenvolvimento, não deverá ultrapassar o limite de 25% do Capital Comprometido.

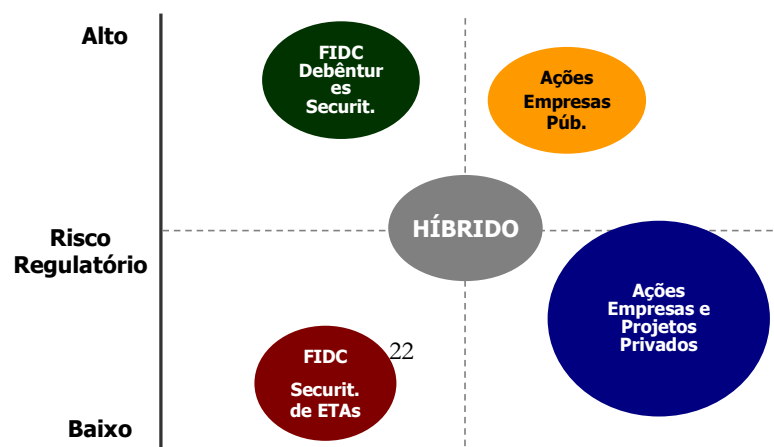
Os Valores Mobiliários de emissão de uma mesma Companhia Investida não poderão representar mais de 20% (vinte por cento) do Capital Comprometido, corrigido pelo INPC. Na hipótese de investimento em companhias de participações (holdings), a restrição em questão se aplicará à participação total do Fundo, seja ela direta ou indireta, nas sociedades objeto de investimento pela companhia de participação.

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto (i) quando tais operações sejam realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial por meio de operações com opções que tenham como ativo subjacente Valor Mobiliário que integre a carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão; e (ii) quando aprovado por maioria pelo Comitê de Investimentos.

7.4 Estratégia de Investimento

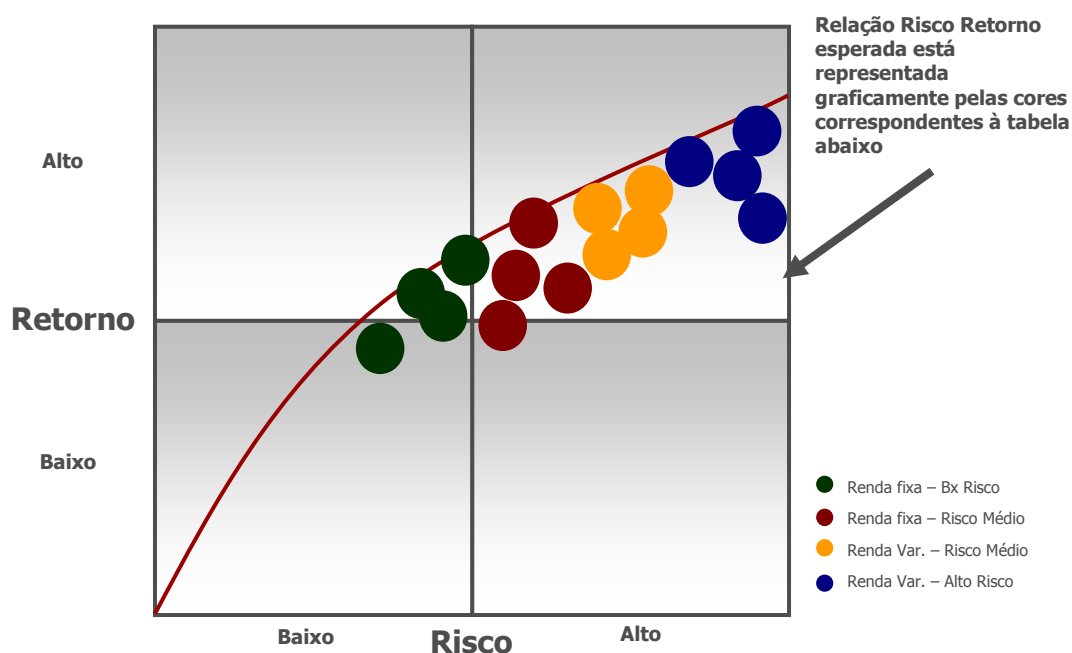
A proposta do Fundo tem como premissa básica a observação de dois fenômenos: a) características intrínsecas do setor que envolve marco regulatório, risco político, novas tecnologias e b) busca de retornos em um horizonte mais visível pelos investidores institucionais.

Destarte, a alocação da carteira do Fundo buscará um adequado balanceamento entre ativos de Renda Fixa e de Renda Variável de acordo com o Risco Político/Regulatório, a necessidade de liquidez e os aspectos legais da CVM (e.g. 33% renda fixa e 66% renda variável para o FIP). O gráfico a seguir ilustra a filosofia de investimentos do Fundo que em princípio deverá investir em ativos de renda fixa na existência de Risco Político/Regulatório (e.g. CAESBs) e em ativos de Renda Variável representados por empresas emergentes de Saneamento Ambiental que possuem um potencial de alto retorno porém com um alto risco inerente a executabilidade de seu plano de negócios:



Para estabelecer uma correta relação risco vs retorno vs liquidez, o Fundo buscará investir em instrumentos de Renda Fixa como debêntures, FIDCs, conversíveis de empresas e projetos de saneamento de forma a capturar *yields* com prazos entre 3-8 anos. Em face da tendência decrescente da taxa básica de juros da economia, haverá foco nestes investimentos nos primeiros 24 meses do Fundo de forma a capturar a ainda alta taxa de juros no Brasil.

Na Renda Variável, a equipe do Fundo tem pré-avaliado ativos distribuídos em diversos sub-setores de Saneamento Ambiental que deverão merecer análise mais acurada. Serão possíveis alocações de recursos em participação majoritária - ou mesmo minoritária em alguns casos - em ativos cujo retorno poderá superar aquele obtido por empresas listadas na BOVESPA. Representamos graficamente, a seguir, a distribuição hipotética de retornos da carteira do Fundo conforme a alocação dos ativos:



8. PATRIMÔNIO DO FUNDO E CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

O Fundo terá um patrimônio de até R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), representado por 700.000 (setecentas mil) quotas, com valor unitário na data de emissão de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, sendo o valor de subscrição inicial mínimo por investidor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais).

Os investidores interessados em subscrever quotas do Fundo deverão assinar Boletim de Subscrição, anexo ao presente Prospecto.

A integralização das quotas do Fundo deverá ser efetuada mediante solicitação do Administrador até o encerramento do Período de Investimentos. Desta forma, os quotistas serão chamados a aportar recursos no Fundo mediante integralização parcial ou total das quotas subscritas conforme solicitação recebida. As quotas deverão ser integralizadas pelo Preço de Subscrição. O valor das quotas será calculado diariamente com base nas normas contábeis aplicáveis ao Fundo, inclusive para fins de subscrição de novas quotas após a subscrição inicial.

Mediante deliberação do Administrador do Fundo comunicada aos quotistas, a operação poderá iniciar-se com a formalização de Compromissos de Investimento no valor mínimo de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), e máximo de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais).

8.1 Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O Patrimônio Líquido será calculado como sendo o valor resultante da soma das Disponibilidades do Fundo, mais valores a receber, menos Exigibilidade, menos outros passivos mais outros ativos, mais o valor da carteira precificado na forma descrita a seguir:

I - as ações sem quotação em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, serão avaliadas pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras da respectiva Companhia Investida, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento;

II - ações com quotações em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado serão avaliadas pela quotação média do último dia útil do mês ao qual se refere a demonstração;

III - debêntures conversíveis: serão avaliadas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida pro rata temporis, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, ou pelo valor das ações em que sejam convertidas, calculadas nos termos do item "I" ou "II" acima, conforme o caso;

IV - títulos públicos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados a preço de mercado; e

V - demais títulos privados serão avaliados a preço de mercado, com vistas a refletir o valor real de negociação imediata do título e compatibilizar seu valor ao de transações realizadas por terceiros.

9. PÚBLICO ALVO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS DO FUNDO

9.1 Público Alvo

Somente poderão investir no Fundo investidores qualificados, nacionais ou internacionais, quais sejam:

- (a) instituições financeiras;
- (b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- (c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- (d) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Boletim de Subscrição anexo ao presente Prospecto;
- (e) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- (f) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

9.2 Negociação de Quotas

As quotas do Fundo serão admitidas à negociação no mercado secundário, na Bolsa de Valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas. Na hipótese de negociação das Quotas em operações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou mediante a realização de operações privadas, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo tais quotas.

10. PERÍODO DE INVESTIMENTO E PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

O Fundo terá um período de investimento de 4 (quatro) anos durante os quais o gestor deverá encaminhar propostas de alocação ao comitê de investimentos de acordo com a política do Fundo. Este prazo poderá ser estendido por dois períodos adicionais de 1 (um) ano cada, por decisão da Assembléia Geral de Quotistas, observadas as condições previstas no parágrafo quinto, do artigo 27, do Regulamento.

O Fundo terá um prazo de duração de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por mais dois períodos de 2 (dois) anos cada, mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado ainda o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 61, do Regulamento.

11. TAXAS E ENCARGOS

11.1 Taxa de Administração

Após o Primeiro Fechamento, o Administrador, o Gestor e o Consultor de Investimentos farão jus a uma Taxa de Administração, a ser calculada e paga de acordo com as regras definidas abaixo:

I - Durante o Período de Investimento, a taxa de administração a ser paga pelo Fundo ao Administrador, ao Gestor e ao Consultor de Investimentos pela prestação dos serviços previstos neste Regulamento corresponderá a 1,5% (um e meio por cento) ao ano incidentes sobre o Capital Comprometido; e

II - Após o Período de Investimento, a taxa de administração a ser paga pelo Fundo ao Administrador, ao Gestor e ao Consultor de Investimentos pela prestação dos serviços previstos neste Regulamento corresponderá a 1,5% (um e meio por cento) incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.

A Taxa de Administração será dividida entre o Administrador, o Gestor e o Consultor de Investimentos na seguinte proporção:

- a) Administrador – 33,33 % (trinta e três e trinta e três décimos por cento) do Valor Total da Taxa de Administração;
- b) Gestor – 46,67% (quarenta e seis e sessenta e sete décimos por cento) do Valor Total da Taxa de Administração; e
- c) Consultor de Investimentos – 20,00% (vinte por cento) do Valor Total da Taxa de Administração.

Caso após o decurso de 2 (dois) anos contados do Primeiro Fechamento se verifique que o Comitê de Investimento não tenha aprovado um total de investimentos em Companhias Alvo de no mínimo R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) corrigidos pelo INPC desde a data do Fechamento, a Taxa de Administração relativa ao período estabelecido no inciso I acima passará a ser calculada de acordo com o mesmo critério previsto para o período ao qual se refere o inciso II acima.

A Taxa de Administração será calculada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois

avos) da porcentagem referida nos incisos I e II acima, sobre o valor diário da base de cálculo indicada em tais alíneas, conforme o caso, e será paga diretamente pelo Fundo ao Administrador, ao Gestor e ao Consultor de Investimentos.

11.2 Taxa de Performance

Pela sua atuação, a título de participação nos resultados e sem prejuízo da Taxa de Administração anteriormente mencionada, o Gestor e o Consultor de Investimentos farão jus a uma taxa de performance (a “Taxa de Performance”) calculada da seguinte forma:

$$TP = (VD - (CI - VP)) \times 20,0\%$$

Onde:

TP é a Taxa de Performance;

VD é o valor em moeda corrente nacional que está sendo distribuído pelo Fundo a título de dividendos, juros sobre capital próprio, amortização ou por ocasião da liquidação do Fundo;

CI é o capital investido pelos quotistas no Fundo, entendido como o valor efetivamente recebido pelo Fundo por ocasião de cada integralização de Quotas, corrigido, a partir da data de cada integralização, até a data da amortização ou liquidação do Fundo, pela variação do Indexador; e

VP é a soma dos valores já distribuídos pelo Fundo, atualizados, desde a data de sua distribuição até a data de cálculo pela variação do Indexador, limitada ao valor de CI.

A Taxa de Performance corresponde a 20% (vinte por cento) dos valores distribuídos pelo Fundo que excederem os valores integralizados pelos cotistas, atualizados pelo INPC, acrescidos de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano desde a data da integralização de cotas, até a data da distribuição ou liquidação do Fundo; e será dividida entre o Gestor e o Consultor de Investimentos e será paga diretamente pelo Fundo ao Gestor e ao Consultor de Investimentos na seguinte proporção:

- a) Gestor – 70,00% (setenta por cento) do Valor Total da Taxa de Performance; e
- b) Consultor de Investimentos – 30,00% (trinta por cento) do Valor Total da Taxa de Performance.

A Taxa de Performance será paga, desde que o resultado da fórmula descrita acima seja

positivo, por ocasião das Amortizações previstas no Regulamento do Fundo, e/ou quando do pagamento das quantias recebidas pelos quotistas quando da Liquidação do Fundo.

11.3 Encargos

Constituem encargos do Fundo, além das taxas mencionadas acima:

I - quaisquer despesas inerentes à constituição do Fundo e referentes à realização de Assembléia Geral de Quotistas;

II - quaisquer despesas referentes à fusão, incorporação, cisão ou Liquidação do Fundo, dentro dos limites aprovadas pela Assembléia Geral de Quotistas;

III - as Taxas de Administração pagas ao Administrador, ao Gestor e ao Consultor de Investimentos e de Performance, pagas ao Gestor e ao Consultor de Investimentos;

IV - os honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria das demonstrações contábeis do Fundo;

V - honorários de advogados, custas e despesas correlatas, incorridas para a defesa dos interesses do Fundo, em Juízo e fora dele, inclusive eventual condenação judicial, se for o caso;

VI - as taxas, impostos e contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;

VII – despesas com o registro de documentos, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas de interesse do Fundo, previstas na regulamentação pertinente e neste Regulamento;

VIII - despesas com as correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicação a quotistas;

IX - os emolumentos e comissões pagas sobre operações de compra e venda de títulos e

valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo;

X – parcela de prejuízos eventuais não cobertos por apólice de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador e/ou do Gestor no exercício de suas funções;

XI – taxa de custódia dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do fundo;

XII - os prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do fundo entre bancos;

XIII - as despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços jurídico-legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, ficam limitadas a 0,2% (dois décimos por cento) do total do Capital Comprometido ao ano ao longo do Período de Investimento, e 0,2% (dois décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ao ano após o Período de Investimento, despesas estas não inclusas na taxa de administração ou performance.

OBS: Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do originador da despesa (Administrador, Gestor ou Consultor de Investimentos), salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas.

12 CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflitos de interesses entre as partes envolvidas nos processos de distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo, quer sejam, a Administradora, a Gestora e o Custodiante.

O quotista e/ou membro do comitê de investimentos conflitado, ou seja, que se encontre em uma situação que o coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses, de qualquer natureza, deverá (i) informar a referida situação ao Administrador, o qual informará essa mesma situação so demais membros do Comitê de Investimentos e/ou demais quotistas; e (ii) abster-se-á de participar das discussões, salvo de detiver informações que desabonem o investimento, assim como de votar nas reuniões do comitê de investimentos e/ou nas Assembléias Gerais de Quotistas realizadas para a resolução de conflito de interesses.

+

13. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

I - Aos quotistas:

- (a) mensalmente no prazo de 10 (dez) dias após o encerramento do mês:
 - (i) o extrato mensal contendo o valor patrimonial da Quota;
 - (ii) o percentual de participação do quotista no Fundo; e
 - (iii) o patrimônio total do Fundo e composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram o em formato exigido pela regulamentação em vigor.

II – À CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, e também aos quotistas, as seguintes informações:

(a) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (i) valor do patrimônio líquido do Fundo;
- (ii) número de cotas emitidas

b) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

i) composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;

ii) demonstrações financeiras do Fundo acompanhadas da declaração a que se refere o inciso IX do artigo 44.

iii) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado o seu valor; e

iv) relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da carteira.

c) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, as seguintes informações:

i) demonstrações financeiras acompanhadas de parecer do auditor independente;

ii) o valor patrimonial da quota na data do fechamento do balanço e a sua rentabilidade no período; e

iii) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado o seu valor e percentual em relação ao valor do patrimônio líquido média anual do Fundo.

13.1 Atendimento ao Quotista

O Administrador coloca à disposição do quotista o Serviço de Atendimento responsável pelo esclarecimento de dúvidas, recebimento de sugestões e reclamações nos telefones: (11) 3555-6350, ou ainda no e-mail: gefes@caixa.gov.br.

13.2 Cópias do Regulamento e do Prospecto

Cópias do Regulamento e do Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador e à CVM, nos endereços abaixo:

Caixa Econômica Federal (Administrador)
Av. Paulista, nº 2300, 11º andar – São Paulo/SP
CEP 01310-300
Fone (11) 3555-6350
e-mail : gefes@caixa.gov.br
www.caixa.gov.br

Comissão de Valores Mobiliários - CVM
Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar – Rio de Janeiro/RJ
www.cvm.gov.br

Comissão de Valores Mobiliários - CVM
Rua Cincinato Braga, 340 – 2º andar – São Paulo/SP
CEP 01333-010
www.cvm.gov.br

14. FATORES DE RISCO

O Fundo e seus quotistas estão expostos aos seguintes fatores de risco, entre outros:

(i) – Restrições ao resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, não admite a qualquer momento o resgate de quotas. Caso os Quotistas queiram se desfazer de seus investimentos no Fundo, será necessária a venda de suas Quotas no mercado secundário. Todavia, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociar quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou obter preços reduzidos na venda das mesmas.

(ii) – Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo

As aplicações em valores mobiliários do Fundo apresentam peculiaridades em relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimentos brasileiros, em razão das características de prazo e duração do mesmo. Caso o Fundo precise se desfazer de parte desses valores mobiliários como debêntures, bônus, ações de companhias fechadas, ou abertas com pouca negociação, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser reduzido devido à baixa liquidez no mercado de mobiliário no país, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

(iii) - Pagamento Condicionado ao retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes essencialmente dos rendimentos, dividendos e outras remunerações que sejam atribuídas aos valores mobiliários integrantes de sua carteira, bem como pela alienação de bens emitidos pelas Companhias Investidas. Portanto, a capacidade do Fundo de amortizar suas obrigações está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

(iv) - Não Recuperação dos Recursos Aplicados

Caso o Fundo venha a tomar medidas para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos valores mobiliários cujos valores de principal ou encargos não tenham sido honrados, não existem quaisquer garantias de que os montantes devidos serão recuperados, total ou parcialmente, em prazo compatível com a duração do Fundo. Nessa hipótese, os rendimentos do Fundo e, em decorrência, dos Quotistas, poderão ser impactados de modo

negativo.

(v) – Critérios de Elegibilidade das Companhias Investidas

A seleção de projetos e companhias passíveis de investimentos por parte do fundo deverá seguir os critérios de elegibilidade previstos neste Regulamento e sua aprovação será feita pelo Comitê de Investimento. Apesar disso, o cumprimento dos critérios de elegibilidade não constitui garantia de rentabilidade ou promessa de atribuição de rendimentos na medida esperada pelos Quotistas do Fundo, haja vista que a condição econômico-financeira das companhias investidas poderá ser prejudicada por fatores exógenos causados por alterações no cenário macroeconômico do país, que não podem ser previstos antecipadamente.

(vi) – Concentração da Carteira

Apesar da limitação estabelecida por este Regulamento, o cumprimento deste requisito não se constitui em promessa ou garantia de rentabilidade ou manutenção de rendimentos ao quotista, podendo a concentração de aplicação de recursos, mesmo que limitada, em uma mesma Companhia Investida, na hipótese de má performance desta, comprometer a performance do Fundo. Nesta situação, os rendimentos do Fundo e, conseqüentemente, o dos Quotistas poderão ser impactados negativamente.

(vii) - Do uso de Derivativos

A contratação pelo fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam no caso de tais estratégias não terem sido utilizadas. Essa situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos seus Quotistas, proporcionalmente à sua participação no patrimônio.

(viii) – Não garantia de Rentabilidade

O objetivo de rentabilidade do Fundo não constitui garantia mínima ou promessa de obtenção ou manutenção de rentabilidade do Fundo. A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações existente no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite determinar qualquer

parâmetro de rentabilidade seguro para o Fundo. Os cotistas do Fundo estarão sujeitos a prejuízos resultantes, dentre outros fatores, da depreciação dos ativos e bens integrantes de sua carteira.

(ix) – Regulamentação e Políticas Intervencionistas por parte do Governo Federal

Os investimentos do Fundo serão destinados a investimentos em companhias dos Setores Alvo, setores estes que são, em grande parte, regulamentados pelo Poder Público. Assim, alterações na regulamentação desses setores, por parte do atual ou próximos governos, poderão impactar negativamente as companhias investidas e, em consequência, a capacidade de pagamento e a rentabilidade do Fundo.

15. TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL

15.1 Tributação Aplicável aos Quotistas

a) IOF

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (“IO/Títulos”). Nos termos da legislação vigente, o IOF é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate (na hipótese de liquidação do Fundo), cessão (negociação no mercado secundário) ou repactuação das Quotas (se houver), limitado ao rendimento da operação em questão, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02. Segundo o referido Decreto, resgates, cessões ou repactuações de quotas de fundos de investimento efetuados dentro de um prazo de até 29 (vinte e nove) dias (inclusive), sujeitam-se ao IO/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto. O IO/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

b) Imposto de Renda

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

(i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil: os rendimentos auferidos no resgate das Quotas devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate e o custo de aquisição das Quotas, segundo alíquotas decrescentes, de 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento), conforme o prazo de manutenção do investimento e o prazo médio dos ativos integrantes da carteira do fundo.

(ii) Para Quotista pessoa jurídica não financeira domiciliada no Brasil: os rendimentos auferidos no resgate das Quotas devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate e o custo de aquisição das Quotas, segundo alíquotas decrescentes, de 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento), conforme o prazo de manutenção do investimento e o prazo médio dos ativos integrantes da carteira do fundo. O montante retido a título de Imposto de Renda Retido na Fonte, para o Quotista pessoa jurídica, é considerado como antecipação ao imposto de renda devido anualmente. Para as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES ou isentas a tributação é considerada definitiva.

(iii) Para Quotista pessoa jurídica financeira domiciliada no Brasil: (a) os rendimentos auferidos no resgate ou cessão das Quotas não serão tributados pelo imposto de renda na fonte, devendo compor a base de cálculo do imposto de renda da pessoa

jurídica (“IRPJ”), da contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), Contribuição para o Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”).

(iv) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior: (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, segue a a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil e (b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução n.º 2.689, e não residente ou domiciliado em país de tributação favorecida. Para essa última situação, as alíquotas aplicáveis no resgate, na alienação e na amortização de Quotas são de 15% (quinze por cento), para venda de Quotas fora de bolsa de valores, ou de 0% (zero), no caso de venda de Quotas em bolsa de valores.

Em face da edição das Leis n.º 11.033, de 21.12.2004 e n.º 11.053, de 29.12.2004, a sistemática de tributação dos investimentos em quotas de fundos de investimento foi alterada. As referidas normas determinam a incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as aplicações em quotas de fundos de investimento segundo alíquotas decrescentes, de 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento) (para rendimentos em aplicações com prazo de até cento e oitenta dias) a 15% (para aplicações com prazo acima de setecentos e vinte dias), conforme o prazo de manutenção do investimento. Para os fundos fechados, tal como o Fundo, no presente caso, há dúvidas acerca da aplicação das disposições expressas nas referidas Leis, tendo em vista a inexistência de menção expressa a tratamento tributário específico.

c) Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos e ganhos decorrentes das aplicações em Quotas do Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

15.2 Tributação Aplicável ao Fundo

a) IOF

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IO/Títulos à alíquota zero.

b) Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

c) Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

16 SUMÁRIO DE CONTRATOS

16.1 Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria

O Contrato de Custódia, firmado entre o Administrador o Custodiante, tem por objeto a prestação ao Administrador dos serviços de custódia qualificada dos ativos do Fundo e controladoria dos ativos e do passivo do Fundo.

Os serviços de Custódia Qualificada dos Ativos do Fundo compreendem a liquidação física e financeira dos Ativos e sua respectiva guarda, a administração e informação de proventos associados aos Ativos, a liquidação financeira de derivativos, de contratos de permutas de fluxos financeiros - swap e operações a termo.

Os serviços de controladoria dos Ativos do Fundo compreendem:

- (i) controle e processamento dos Ativos do Fundo;
- (ii) a manutenção, em consonância com as disposições legais, dos documentos e registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo;
- (iii) o cálculo e a prestação diária de informações ao Administrador relacionadas ao patrimônio líquido, ao valor atualizado das quotas e à composição da carteira do Fundo;
- (iv) o envio periódico à CVM, na forma e prazos previstos na regulamentação aplicável, de informes diários, balancetes, demonstrativos de composição e diversificação de carteira;
- (v) a divulgação diária, nos termos da regulamentação em vigor, do valor do patrimônio líquido do Fundo e do valor das quotas;
- (vi) o cálculo diário do valor da quota do Fundo e do Ativo, com base em metodologia adotada pelo Custodiante/Controlador;
- (vii) a recepção, nas instalações do Custodiante, de empresa de auditoria contratada pelo Administrador; e
- (viii) o cálculo, retenção e recolhimento de tributos devidos em razão das operações do Fundo.

16.2 Contrato de Prestação de Serviços de Gestão

O Contrato de Prestação de Serviços de Gestão, firmado entre o Administrador e o Gestor, tem por objeto a prestação, pelo Gestor ao Administrador, de serviços de Gestão exclusivamente para o Fundo, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, compreendendo o conjunto das decisões incluindo as negociações e operacionalizações das ordens de compra e venda dos valores mobiliários e outros ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, de acordo com as atribuições definidas e os limites impostos no Regulamento do Fundo, no que se refere aos objetivos e à política de investimentos a ser

adotada na gestão da carteira.

16.3 Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria de Investimentos

O Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria de Investimentos firmado entre o Consultor e o Gestor, com a interveniência do Administrador, tem por objeto a prestação de serviços de consultoria profissional de investimentos, sempre em relação e visando cumprir os objetivos previstos no Regulamento do Fundo. Os serviços de consultoria prestados pelo Consultor abrangem as atividades abaixo:

- a)prospectar e submeter à análise do Gestor propostas de investimento e desinvestimento;
- b)analisar e emitir pareceres a respeito das propostas de investimento e desinvestimento a ele apresentadas pelo Gestor;
- c)definir conjuntamente com o Gestor quais as propostas de investimentos e desinvestimentos a serem apresentadas ao Comitê de Investimento do Fundo;
- d)desempenhar suas atribuições de modo a atender o objetivo e a política de investimento do Fundo, bem como os limites e condições estabelecidos neste Regulamento;
- e) manter atualizada, em perfeita ordem e à disposição do Administrador, e do Gestor, toda a documentação, análises, pareceres e estudos relativos às Companhias Investidas;
- f) prestar, por meio da emissão de pareceres, as informações que lhe forem solicitadas pelo Gestor, ou pelo Administrador, pertinentes às Companhias Investidas;
- g) participar de encontros, reuniões e eventos organizados pelo Administrador com os quotistas do Fundo, na periodicidade e com a frequência definida pelo Administrador, prestando a assessoria, assistência e consultoria necessárias;
- h) participar de reuniões mensais, ou sempre que solicitado, com o Administrador e o Gestor do Fundo, prestando assessoria, assistência e consultoria necessárias;
- i) participar, em conjunto com o Administrador e o Gestor, da gestão das Companhias Investidas. As atividades previstas neste inciso serão sempre e necessariamente desenvolvidas em conjunto com o Administrador e com o Gestor, e o Consultor; e
- j) estabelecer mecanismos de controle das Companhias Investidas.

O Consultor prestará, ainda, serviços de assessoria, assistência e consultoria ao Gestor, na execução das atribuições assumidas pelo Contrato de Gestão firmado com o Administrador.

ANEXO A

Regulamento do Fundo

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAIXA AMBIENTAL

Capítulo I - Disposições Iniciais

Características

Artigo 1º - O Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, reger-se-á pelo presente Regulamento, pela Instrução CVM nº 391/03, e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, e destina-se a investidores qualificados, assim entendidas as pessoas naturais ou jurídicas brasileiras ou estrangeiras que se enquadrem no conceito de investidor qualificado, nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores.

Definições

Artigo 2º - Para todos os efeitos deste Regulamento, as palavras e expressões listadas abaixo, terão os seguintes significados, quando iniciadas com letras maiúsculas, no singular ou no plural:

Administrador - é a Caixa Econômica Federal, instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, DF, no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3-4, credenciado na CVM para o exercício da atividade de administração de carteira através do Ato Declaratório CVM Nº 6915, de 23/07/2002, inscrito no CNPJ sob nº 00.360.305/0001-04, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 20020587961, em 11/10/2002, por meio da Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros – VITER.

Amortização - é o procedimento de distribuição aos quotistas das disponibilidades financeiras do Fundo, resultantes da alienação de um investimento, ou de dividendos, juros ou quaisquer outros rendimentos oriundos de tais investimentos.

Assembléia Geral de Quotistas - é a assembléia prevista no Capítulo VI deste Regulamento.

Baixa Contábil - ocorrerá a baixa contábil, parcial ou total, de um investimento do Fundo, quando o Auditor, o Gestor ou o Consultor de Investimentos do Fundo recomendar(em) que um investimento realizado não gerará mais retorno ao Fundo, devendo o Administrador submeter a matéria à deliberação do Comitê de Investimentos. Caso aprovada a baixa contábil pelo Comitê de Investimento, o referido valor deixará de integrar o Patrimônio Líquido do Fundo, inclusive para fins de cálculo da Taxa de Administração descrita no Artigo 13 do presente Regulamento.

Boletim de Subscrição – é o documento firmado pelo Quotista na data da subscrição das quotas, pelo qual o Quotista fica obrigado a integralizar suas Quotas durante o período de investimento.

Capital Comprometido - é o valor total do Boletim de Subscrição, ou seja, o valor correspondente ao Fechamento.

Capital Investido - é o valor total integralizado das Quotas do Fundo.

Comitê de Investimento - é o comitê previsto no Capítulo VII deste Regulamento.

Companhia Alvo - é a companhia brasileira, aberta ou fechada, que atue nos Setores Alvo, na qual sejam identificados sólidos fundamentos, excelência de gestão e perspectiva de rentabilidade significativa.

Companhia Investida - é a Companhia Alvo que efetivamente recebeu aporte de recursos do Fundo.

Conflito de Interesses – É a existência de qualquer interesse do Administrador, Gestor ou Consultor de Investimentos, de seus respectivos acionistas ou sócios, de administradores ou empregados do Administrador, Gestor ou Consultor de Investimentos, de cotistas do Fundo, de membros do Comitê de Investimentos, ou dos respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o segundo grau de quaisquer das referidas pessoas que, de forma direta ou indireta, possa, sob qualquer aspecto, ser contraposto aos interesses do Fundo.

CVM - é a Comissão de Valores Mobiliários.

Consultor de Investimentos - é a Voga Empreendimentos e Participações Ltda. e suas sociedades controladas ou coligadas (a “VOGA”), com sede na Rua Pedroso Alvarenga 584, 18º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e inscrita no CNPJ sob o nº 07.249.416/0001-97, contratada pelo Gestor, com a interveniência/anuência do Administrador.

Dia Útil - significa qualquer dia, que não um Sábado, Domingo, ou outro dia em que os bancos comerciais não estejam autorizados ou sejam obrigados a permanecer fechados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Disponibilidades – são todos os valores em caixa representados por Investimentos Líquidos do Fundo.

Exigibilidade - são as obrigações e encargos do Fundo, incluindo as provisões eventualmente existentes.

Fechamento - é a data em que todos os quotistas tiverem firmado os Boletins de Subscrição.

Fundo - é o Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental, constituído sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos no Artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, e regido por este Regulamento, pela Instrução CVM nº 391/03 e pelas demais alterações posteriores.

Gestor - é o Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., sociedade com sede na Rua Minas de Prata, nº 30, 15º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58.

Grupo do Administrador - é o próprio Administrador e as empresas coligadas ou controladas pelo Administrador.

Grupo do Consultor de Investimentos - é o próprio Consultor de Investimentos e as empresas coligadas ou controladas pelo Consultor de Investimentos.

Grupo do Gestor - é o próprio Gestor e as empresas coligadas ou controladas pelo Gestor.

INPC - é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, adotando metodologia de apuração e cálculo semelhante.

Indexador - é o parâmetro de rentabilidade das cotas do Fundo, correspondente ao INPC acrescido de 8,5 % (oito e meio por cento) ao ano, capitalizado e calculada a rentabilidade *pro rata die*, considerado o ano de 360 (trezentos e sessenta) dias.

Instrução CVM nº 391/03 - é a Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações.

Instrução CVM nº 409/04 - é a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.

Integralização Inicial - é o aporte inicial de 5% (cinco por cento) sobre o Valor Total a Integralizar constante do respectivo Boletim de Subscrição, que deverá ser integralizado por cada quotista em até 15 (quinze) dias corridos após o Fechamento.

Integralizações Remanescentes - são os valores remanescentes dos respectivos Boletins de Subscrição que deverão ser aportados ao Fundo pelos quotistas, após a Integralização Inicial, mediante solicitações do Administrador, na forma disciplinada neste Regulamento, a serem realizadas à medida que tais valores sejam necessários para: (i) a realização de investimentos pelo Fundo, e/ou (ii) o pagamento de despesas e responsabilidades do Fundo.

Investimentos Líquidos - são os títulos de renda fixa de emissão do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil ou de instituição financeira considerada por agência classificadora de risco em funcionamento no país como de baixo risco de crédito, tais como certificados de depósitos bancários.

Liquidação - é o encerramento do Fundo, conforme definido no Capítulo XI.

Oportunidades de Investimento - são os ativos inseridos no Setor-Alvo encaminhados pelo Gestor ao Comitê de Investimentos como proposta de investimento.

Patrimônio Líquido - é o valor resultante da soma das Disponibilidades do Fundo, mais o valor da carteira precificado na forma do Artigo 55 deste Regulamento, já deduzidas as Baixas

Contábeis, mais valores a receber, menos Exigibilidade, menos outros passivos mais outros ativos.

Período de Desinvestimento: é o período posterior ao término do Período de Investimento e que se estenderá até a expiração do prazo de duração do fundo ou sua liquidação, durante o qual os investimentos do Fundo deverão ter seus respectivos períodos de maturação e posteriormente ser liquidados.

Período de Investimento - é o período no qual o Fundo deverá realizar os investimentos nos ativos dos Setores Alvo, até o quarto aniversário do Fechamento.

Prazo de Duração - é o prazo de duração do Fundo, qual seja, 10 (dez) anos, contados da data de encerramento do Fechamento, podendo ser prorrogado, na forma do Artigo 4º e do Parágrafo Primeiro do Artigo 61 deste Regulamento.

Quotas - correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, na forma do Artigo 15 deste Regulamento.

Quotista Inadimplente - é o quotista que deixa de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos ao Fundo estabelecida no Boletim de Subscrição.

Regulamento - é o presente Regulamento que rege o Fundo.

Setores Alvo – são os setores (i) de saneamento ambiental incluindo mas não limitado a atividades correlatas a abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos urbanos e/ou hospitalares, manejo de águas pluviais urbanas, controle de vetores e de reservatórios de doenças transmissíveis, desenvolvimento de novas tecnologias de prevenção e de recuperação do meio ambiente, reaproveitamento da água e manejo de resíduos para geração de energia, armazenamento e destinação final de resíduos industriais e reciclagem de resíduos para fins industriais, certificados de carbono, biodiesel, geração de energia e fabricação de equipamentos utilizados nas atividades correlatas a saneamento os setores (ii) que desempenhem atividades com o emprego de técnicas e tecnologias que privilegiem a redução do consumo de insumos físicos e energia.

Taxa de Administração - é a taxa a que farão jus o Administrador, o Gestor e o Consultor de Investimentos, calculada nos termos do Artigo 13 deste Regulamento.

Taxa de Performance - é a taxa a que farão jus o Gestor e o Consultor de Investimentos, a título de participação nos resultados, calculada nos termos do Artigo 14 deste Regulamento.

Valores Mobiliários - são ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confirmem o direito ao recebimento de ações ou que estejam em consonância com as exigências da CVM para esta modalidade de fundo de investimento, ou ainda, outros títulos e valores mobiliários adequados a exigências específicas das Companhias Alvo, que o Comitê de Investimento entenda possam ser convertidos em ativos de liquidez, e cuja aquisição esteja em

consonância com os objetivos do Fundo e a regulamentação aplicável.

Valor Total a Integralizar - é o valor total que o quotista se obriga aportar no Fundo, de acordo com as chamadas de capital realizadas pelo Administrador na forma deste Regulamento e do Boletim de Subscrição.

Valor Total da Taxa de Administração – é o valor apurado pelo método descrito no Artigo 13, incisos I e II.

Valor Total da Taxa de Performance – é o valor apurado pelo método descrito no Artigo 14.

Objetivo

Artigo 3º - O objetivo do Fundo é obter retornos superiores ao Indexador com valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em carteira diversificada de ações, debêntures ou outros Valores Mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias brasileiras abertas ou fechadas, pertencentes aos Setores Alvo. O Fundo participará do processo decisório das Companhias Investidas, exercendo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, observado o disposto no Capítulo IV deste Regulamento.

Artigo 4º - O Fundo terá o Prazo de Duração de 10 (dez) anos, contados da data de encerramento do Fechamento.

Parágrafo Primeiro - O Prazo de Duração poderá ser prorrogado por até 2 (dois) períodos adicionais de 2 (dois) anos cada, conforme proposta do Gestor devida e previamente aprovada pela Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo Segundo - O Prazo de Duração também poderá ser prorrogado na hipótese prevista no parágrafo 1º do Artigo 61.

Capítulo II - Administração do Fundo

Administrador, Gestor, Diretor Responsável e Consultor de Investimentos

Artigo 5º - O Fundo é administrado pela Caixa Econômica Federal, através da Vice-Presidência de Ativos de Terceiros - VITER, situada na Avenida Paulista n.º 2.300, 11º andar, São Paulo – SP, CEP 01310-300.

Parágrafo Único - O Administrador indicará o seu Diretor responsável pela administração do Fundo perante a CVM, na forma da regulamentação em vigor.

Artigo 6º - A carteira do Fundo será gerida pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº 30, 15º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58, credenciado pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteira por meio do

Ato Declaratório nº. 1.457, de 05/09/1990, publicado em 10/09/1990.

Parágrafo Primeiro – Caberá ao Gestor a tarefa de seleção e manutenção de sua equipe de gestão do fundo, própria ou contratada, devendo empregar o necessário cuidado na seleção dos profissionais mais adequados e qualificados para exercer as funções que lhes são atribuídas.

Parágrafo Segundo – O Gestor contratará, com a interveniência e anuência do Fundo, representado pelo Administrador, serviço de consultoria de investimentos a serem prestados pela VOGA a qual será responsável pelas funções previstas no Capítulo VII e pelo assessoramento ao Gestor na avaliação e indicação de investimentos e propostas de desinvestimentos, acompanhamento e avaliação das atividades das Companhias Investidas; sem prejuízo das responsabilidades delegadas ao Gestor pelo Administrador nos termos deste Regulamento;

Parágrafo Terceiro – O Administrador e os terceiros contratados respondem solidariamente, no exercício de suas respectivas atribuições, pelos prejuízos que causarem aos quotistas, quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e do Regulamento.

Parágrafo Quarto – O Gestor e o Consultor de Investimentos se obrigam a só participar de outro fundo com política de investimento similar se (i) no mínimo 80% do Capital Comprometido já tiver sido investido ou se (ii) o Período de Investimento já tiver se encerrado.

Artigo 7º - O Administrador, o Gestor e o Consultor de Investimentos deverão assegurar que os profissionais descritos na tabela abaixo (“Pessoas Chave”) estejam envolvidos diretamente nas atividades de gestão e consultoria de investimento do Fundo.

I - As Pessoas Chave deverão dedicar seu tempo às atividades do Fundo de acordo com os percentuais de tempo abaixo discriminados, tomando por base uma semana de 40 (quarenta) horas úteis, devendo o Administrador, mediante a solicitação de qualquer quotista, apresentar os demonstrativos que sejam necessários para a verificação da respectiva alocação de tempo das Pessoas Chave, nos termos previstos neste parágrafo;

Equipe	% Período de Investimento	% Período de Desinvestimento
Marcos Retchman - Banif	50	50
Samuel Oliveira - Voga	90	50

II - Qualquer redução verificada em tais percentuais de alocação de tempo será considerada como alteração e/ou substituição das Pessoas Chave, sujeita à prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas para sua implementação, ressalvado o disposto nos incisos III. a VII. seguintes;

III - Na hipótese de desligamento ou extinção do vínculo empregatício de qualquer das Pessoas Chave junto ao Administrador , ao Gestor e ou ao Consultor de Investimentos, por

qualquer motivo incluindo mas não limitado a: (i) demissão voluntária (funcionário pede demissão); (ii) demissão involuntária (Administrador, Gestor e ou Consultor de Investimentos dispensam funcionário) com ou sem justa causa; (iii) falecimento ou doença; (iv) força maior; será facultado ao Administrador, ao Gestor e ou ao Consultor de Investimentos a indicação de substituto de qualificação técnica equivalente, em até 90 (noventa) dias da data do evento, o qual deverá ser submetido à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas a realizar-se em até 90 (noventa) dias contados da data do evento;

IV - Sem prejuízo do disposto no inciso III, será permitida a substituição de 1 (uma) Pessoa Chave a cada período de 2 (dois) anos, sem qualquer motivo e a critério exclusivo do Gestor e do Consultor de Investimentos, devendo o substituto, sempre de qualificação técnica equivalente, ser submetidos à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas em até 60 (sessenta) dias contados da data do evento. Até o encerramento do Período de Investimento, fica vedada a substituição, salvo se deliberada pela Assembléia Geral de Quotistas, nos termos deste item de Pessoas Chave que estejam obrigadas a dedicar tempo superior a 75% (setenta e cinco por cento) durante o Período de Investimento, na forma do inciso I;

V - Caso a Assembléia Geral de Quotistas resolva não aprovar os substitutos indicados pelo Gestor e Consultor de Investimentos para Pessoas Chave nos termos dos incisos III e IV acima, o Gestor e Consultor de Investimentos terão o direito de fazer uma segunda indicação para cada posição em aberto de Pessoa Chave, desde que a(s) indicação (ões) do(s) novo(s) substituto(s) seja(m) feita(s) em até 60 (sessenta) dias contados da data de reprovação do substituto indicado anteriormente;

VI - Caso a Assembléia Geral de Quotistas resolva desaprovar os substitutos para Pessoas Chave indicados pelo Gestor e pelo Consultor de Investimentos nos termos dos incisos III a V, o Administrador deverá contratar, desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, a empresa especializada em recrutamento de executivos (“Head Hunter”) de sólida reputação e renome no Brasil, que terá até 90 (noventa) dias para indicar 3 (três) substitutos para a posição em aberto, que apresentem requisitos e qualificação desejáveis, adotando como referência os profissionais de destaque nas instituições melhor avaliadas no mercado brasileiro de gestão de recursos de terceiros;

VII - Uma vez apresentados os nomes dos profissionais escolhidos pelo Head Hunter, o Administrador deverá definir 1 (um) dos 3 (três) substitutos indicados, providenciando sua contratação e alocação como Pessoa Chave para o Fundo em até 30 (trinta) dias. O substituto escolhido pelo Administrador nestes termos não estará sujeito à aprovação prévia pela Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo Único – Além das Pessoas Chave a que se refere este artigo, o Gestor e o Consultor de Investimento deverão manter equipe de profissionais para os trabalhos de gestão e consultoria de investimento durante os Períodos de Investimento e Desinvestimento do Fundo, conforme

tabela abaixo:

Equipe	% Período de Investimento	% Período de Desinvestimento
Profissional 1 - Banif	100	100
Profissional 2 - Banif	100	100
Profissional 1 - Voga	100	100
Profissional 2 - Voga	100	100

Renúncia e/ou Descredenciamento do Administrador e do Gestor e do Consultor de Investimentos

Artigo 8º - O Administrador poderá renunciar à administração do Fundo, mediante notificação por escrito, realizada com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência em relação à data em que pretende que a renúncia torne-se efetiva, endereçada a cada um dos quotistas, ao Gestor, ao Consultor de Investimentos e à CVM.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de renúncia, ficará o Administrador obrigado a, imediatamente após a formalização de seu pedido de renúncia, convocar Assembleia Geral de Quotistas para eleição de seu substituto, a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, sendo tal convocação também facultada aos quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das quotas emitidas.

Parágrafo Segundo - Não obstante a entrega da notificação de renúncia, o Administrador deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

Artigo 9º - A CVM, no uso de suas atribuições legais, poderá descredenciar o Administrador, em conformidade com as normas que regulam o exercício da atividade de administrador de carteira.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de descredenciamento, ficará o Administrador obrigado a convocar, imediatamente, a Assembleia Geral de Quotistas para eleição de seu substituto, a se realizar no prazo de até 10 (dez) dias da convocação, sendo também facultado aos quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das quotas emitidas, ou à CVM, a convocação da Assembleia Geral dos Quotistas.

Parágrafo Segundo - No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar administrador temporário para o Fundo até a eleição de um novo Administrador.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese da renúncia e/ou de descredenciamento pela CVM do Administrador, este não mais fará jus à Taxa de Administração prevista no Artigo 13, relativas ao período posterior ao seu efetivo desligamento.

Artigo 10 - O Gestor poderá renunciar à gestão do Fundo mediante notificação por escrito, realizada com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência em relação à data em que pretende

que a renúncia torne-se efetiva, endereçada a cada um dos quotistas, ao Administrador, ao Consultor de Investimentos e à CVM.

Parágrafo Primeiro - A CVM, no uso de suas atribuições legais, poderá descredenciar o Gestor, em conformidade com as normas que regulam o exercício da atividade de gestor de carteira.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de renúncia ou descredenciamento do Gestor, o Administrador ficará obrigado a, em até 2 (dois) dias contados do recebimento da notificação acerca da renúncia ou do descredenciamento do Gestor, convocar Assembléia Geral de Quotistas para eleição de seu substituto, sendo tal convocação também facultada aos quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das quotas emitidas.

Parágrafo Terceiro – Não obstante a entrega da notificação de renúncia, o Gestor deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

Parágrafo Quarto - Nas hipóteses de renúncia, de destituição sem justa causa, por justa causa ou descredenciamento, o pagamento da parcela de remuneração devida ao Gestor observará o estabelecido no Parágrafo Quarto do Artigo 13, no que se refere à Taxa de Administração, e nos Parágrafos Terceiro e/ou Quarto do Artigo 14, no que diz respeito à Taxa de Performance.

Artigo 11 - O Consultor de Investimentos poderá renunciar à prestação de serviços de consultoria prevista neste Regulamento e para as quais foi contratado pelo Gestor mediante notificação por escrito, realizada com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência em relação à data em que pretende que a renúncia torne-se efetiva, endereçada a cada um dos quotistas, ao Administrador, ao Gestor e à CVM.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de renúncia do Consultor de Investimentos o Administrador ficará obrigado a, em até 2 (dois) dias contados do recebimento da notificação acerca da renúncia do Consultor de Investimentos, convocar Assembléia Geral de Quotistas para eleição de seu substituto, sendo tal convocação também facultada aos quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das quotas emitidas.

Parágrafo Segundo - Não obstante a entrega da notificação de renúncia, o Consultor de Investimentos deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese da renúncia do Consultor de Investimentos este não mais fará jus à Taxa de Administração prevista no Artigo 13 e à Taxa de Performance prevista no Artigo 14, relativas ao período posterior ao seu efetivo desligamento.

Parágrafo Quarto – Caso o Consultor de Investimentos não tenha sido substituído no prazo estabelecido no Parágrafo Segundo, caberá ao Gestor desempenhá-las até que um novo Consultor de Investimentos seja eleito e contratado, sendo que durante esse período o Gestor fará jus à parcela de remuneração atribuída ao Consultor de Investimentos.

Serviços de Tesouraria, Contabilização e Custódia

Artigo 12 - Os serviços de tesouraria, contabilização, custódia e escrituração de quotas serão prestados pelo Administrador, instituição legalmente habilitada, na forma da regulamentação aplicável.

Parágrafo Primeiro - O Administrador poderá, em nome do Fundo, contratar terceiros para a prestação dos serviços aos quais se refere o caput, desde que tais terceiros sejam instituições legalmente habilitadas para a prestação desses serviços, na forma da regulamentação aplicável.

Parágrafo Segundo – Os custos relativos à prestação dos serviços referidos no caput deste artigo se encontram incluídos na parcela da Taxa de Administração destinada ao Administrador.

Remuneração do Administrador e do Gestor e do Consultor de Investimentos

Artigo 13 - Após o Fechamento, o Administrador, o Gestor e o Consultor de Investimentos farão jus a uma Taxa de Administração, a ser calculada e paga de acordo com as regras definidas abaixo:

I - Durante o Período de Investimento, a taxa de administração a ser paga pelo Fundo ao Administrador, ao Gestor e o Consultor de Investimentos pela prestação dos serviços previstos neste Regulamento corresponderá a 1,5% (um e meio por cento) ao ano incidentes sobre o Capital Comprometido; e

II - Após o Período de Investimento, a taxa de administração a ser paga pelo Fundo ao Administrador, ao Gestor e ao Consultor de Investimentos pela prestação dos serviços previstos neste Regulamento corresponderá a 1,5% (um e meio por cento) ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo Primeiro A Taxa de Administração será dividida entre o Administrador, o Gestor e o Consultor de Investimentos na seguinte proporção:

- a) Administrador – 33,33 % (trinta e três e trinta e três décimos por cento) do Valor Total da Taxa de Administração;
- b) Gestor – 46,67% (quarenta e seis e sessenta e sete décimos por cento) do Valor Total da Taxa de Administração; e
- c) Consultor de Investimentos – 20,00% (vinte por cento) do Valor Total da Taxa de Administração.

Parágrafo Segundo – Caso após o decurso de 2 (dois) anos, contados do Fechamento se verifique que o Comitê de Investimento não tenha aprovado um total de investimentos em Companhias Alvo de no mínimo R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) corrigidos pelo INPC desde a data do Fechamento, a Taxa de Administração relativa ao período estabelecido no inciso I acima passará a ser calculada de acordo com o mesmo critério previsto para o período ao qual se refere o inciso II acima.

Parágrafo Terceiro - A Taxa de Administração será calculada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) da porcentagem referida nos incisos I e II acima, sobre o valor diário da base de cálculo indicada em tais alíneas, conforme o caso, e será paga diretamente pelo Fundo ao Administrador, ao Gestor e ao Consultor de Investimentos segundo os percentuais definidos no Parágrafo Primeiro acima, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de renúncia, destituição por justa causa, sem justa causa ou descredenciamento do Administrador, do Gestor e/ou do Consultor de Investimentos, os valores devidos a título de Taxa de Administração serão pagos *pro rata temporis* até a data de seu efetivo desligamento, não lhe sendo devidos quaisquer valores adicionais a tal título após tal data.

Artigo 14 - Pela sua atuação, a título de participação nos resultados e sem prejuízo da Taxa de Administração anteriormente mencionada, o Gestor e o Consultor de Investimentos farão jus a uma taxa de performance (a “Taxa de Performance”) calculada da seguinte forma:

$$TP = (VD - (CI - VP)) \times 20,0\%$$

Onde:

TP é a Taxa de Performance;

VD é o valor em moeda corrente nacional que está sendo distribuído pelo Fundo a título de dividendos, juros sobre capital próprio, amortização ou por ocasião da liquidação do Fundo;

CI é o capital investido pelos cotistas no Fundo, entendido como o valor efetivamente recebido pelo Fundo por ocasião de cada integralização de Quotas, corrigido, a partir da data de cada integralização, até a data da amortização ou liquidação do Fundo, pela variação do Indexador; e

VP é a soma dos valores já distribuídos pelo Fundo, atualizados, desde a data de sua distribuição até a data de cálculo pela variação do Indexador, limitada ao valor de CI.

Parágrafo Primeiro - A Taxa de Performance corresponde a 20% (vinte por cento) dos valores distribuídos pelo Fundo que excederem os valores integralizados pelos cotistas, atualizados pelo INPC, acrescidos de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano desde a data da integralização de cotas, até a data da distribuição ou liquidação do Fundo; e será dividida entre o Gestor e o Consultor de Investimentos e será paga diretamente pelo Fundo ao Gestor e ao Consultor de Investimentos na seguinte proporção:

- a) Gestor – 70,00% (setenta por cento) do Valor Total da Taxa de Performance; e
- b) Consultor de Investimentos – 30,00% (trinta por cento) do Valor Total da Taxa de Performance.

Parágrafo Segundo - A Taxa de Performance será paga, desde que o resultado da fórmula descrita no *caput* deste artigo seja positivo, por ocasião das Amortizações previstas neste Regulamento, e/ou quando do pagamento das quantias recebidas pelos quotistas quando da Liquidação do Fundo.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de descredenciamento, renúncia do Gestor e/ou do Consultor de Investimentos ou de sua destituição por justa causa, este não fará jus à Taxa de Performance prevista neste Artigo a partir do seu efetivo desligamento.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de destituição sem justa causa do Gestor e/ou do Consultor de Investimentos, este terá o direito a receber a taxa de performance relativa aos investimentos do Fundo, realizados até a data do seu efetivo desligamento, calculados *pro rata temporis*, observado (i) o período de exercício efetivo de suas funções e o prazo de duração do Fundo, (ii) a medida da realização das amortizações de cotas, relativas ao referidos investimentos, que vierem a correr após seu efetivo desligamento ou quando da liquidação do Fundo, observando as regras estabelecidas no artigo 14.

Capítulo III - Das Quotas e do Patrimônio do Fundo

Quotas

Artigo 15- O Fundo será constituído por Quotas, e todas as Quotas garantem a seus titulares direitos e deveres patrimoniais, econômicos e políticos idênticos.

Artigo 16 - O quotista que desejar alienar suas Quotas, no todo ou em parte, deverá manifestar sua intenção por comunicação escrita aos demais quotistas, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção das Quotas por eles detidas, com cópia para o Administrador, especificando em tal comunicação o preço, condições de pagamento e demais condições aplicáveis à oferta.

Parágrafo Primeiro - Os quotistas terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da comunicação para se manifestar quanto à sua intenção de exercer seu direito de preferência e efetuar eventual reserva sobre as sobras que eventualmente venham a existir, e adquirir as Quotas ofertadas, na proporção das Quotas detidas. A referida manifestação deverá ser formalizada por meio de notificação escrita ao quotista titular das Quotas ofertadas com cópia para o Administrador.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de haver sobras de Quotas ofertadas, o Administrador deverá informar os quotistas que exerceram seu direito de preferência para que estes, no prazo de 15 (quinze) dias, informem sua intenção de adquirir tais sobras, dirigindo comunicação a esse respeito ao quotista ofertante, com cópia para o Administrador.

Parágrafo Terceiro - Após o decurso dos prazos previstos nos Parágrafos anteriores sem que tenha havido exercício de direito de preferência em relação às Quotas do quotista ofertante por parte dos demais quotistas, ou se ainda remanescerem sobras de Quotas ofertadas, o total das Quotas ofertadas remanescentes poderá ser alienado a terceiros, no prazo de 30 (trinta) dias contados do decurso do prazo estabelecido no Parágrafo Segundo, acima, desde que, em prazos e condições não mais favoráveis do que os da oferta original aos quotistas.

Parágrafo Quarto - Os adquirentes das Quotas que ainda não sejam quotistas deverão

igualmente se enquadrar no conceito de investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, bem como deverão aderir aos termos e condições do Fundo por meio da assinatura e entrega ao Administrador dos documentos por este exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos quotistas do Fundo.

Parágrafo Quinto - Se ao final do prazo previsto no Parágrafo Terceiro deste Artigo o total das Quotas ofertadas não tiver sido adquirido por terceiros, ou caso os termos e condições aplicáveis a eventual alienação sejam mais favoráveis do que a oferta original, o procedimento previsto neste Artigo deverá ser novamente iniciado.

Parágrafo Sexto - As quotas do Fundo que tenham sido objeto de distribuição pública, ressalvadas as negociações privadas entre investidores qualificados, somente poderão ser negociadas no mercado de bolsa ou de balcão organizado, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado.

Parágrafo Sétimo - Fica desde já estabelecido que na hipótese de destituição sem justa causa do Administrador ou Gestor, o ente em questão poderá alienar sua participação no Fundo, devendo os demais quotistas, na proporção das Quotas detidas por cada um, já desconsiderada a participação do ente destituído em questão, adquirir a participação por ele detida,

Parágrafo Oitavo – A aquisição da participação do ente em questão, por parte dos demais quotistas, será realizada com recursos provenientes, e por ocasião, das amortizações do Fundo, e será calculado com base no número de quotas detidas pelo ente e o valor patrimonial da quota na data da amortização, excluídos eventuais recebimentos a título de Amortizações, a que ele tenha feito jus no seu período de permanência como quotista do Fundo.

Patrimônio e Subscrição

Artigo 17 - O total dos recursos a serem captados para aporte no Fundo até o Fechamento será de no mínimo R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), e um máximo de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais).

Parágrafo Primeiro - Ao subscrever quotas do Fundo, cada investidor celebrará com o Administrador um Boletim de Subscrição, do qual deverá constar (i) nome e qualificação do subscritor, (ii) número de cotas subscritas, (iii) preço de subscrição, valor total que o investidor em questão se obriga a integralizar no decorrer da vigência do Fundo, de acordo com as chamadas de capital realizadas pelo Administrador na forma deste Regulamento e do Boletim de Subscrição, sob as penas previstas neste Regulamento e na legislação aplicável, (iv) respectivo prazo e (v) declaração do quotista de sua plena ciência a respeito do teor do presente Regulamento, bem como de sua total concordância com as regras aqui estabelecidas.

Parágrafo Segundo – Para que seja aceito como quotista do Fundo, o investidor deverá subscrever, no mínimo, um valor de quotas equivalente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Integralização Inicial

Artigo 18 – Em até 15 (quinze) dias corridos após o encerramento do Fechamento cada quotista do Fundo deverá integralizar um aporte inicial de 5% (cinco por cento) do Valor Total a Integralizar constante do respectivo Boletim de Subscrição, a fim de dar início às atividades do Fundo.

Parágrafo Primeiro – O valor da primeira integralização será utilizado para ressarcimento ao Administrador das despesas inerentes à constituição do Fundo, conforme previsto no artigo 52, inciso I, e observado o parágrafo quarto do artigo 52, a fim de assegurar o início de suas atividades.

Parágrafo Segundo – A integralização do aporte inicial a que se refere o *caput* deverá ser realizada no prazo de até 645 (seiscentos e quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data da obtenção do registro do Fundo na CVM.

Parágrafo Terceiro – O período de distribuição pública de cotas do Fundo deverá ser encerrado em no mínimo 15 (quinze) dias corridos antes data da integralização do aporte inicial.

Integralizações Remanescentes

Artigo 19 - Após a Integralização Inicial, as Integralizações Remanescentes deverão ser aportadas ao Fundo pelos quotistas mediante solicitações do Administrador, a serem realizadas à medida que tais valores sejam necessários para: (i) a realização de investimentos pelo Fundo, na forma disciplinada neste Regulamento, e observado o disposto no parágrafo quarto abaixo, e/ou (ii) o pagamento de despesas e responsabilidades do Fundo.

Parágrafo Primeiro - O Administrador deverá requerer aos quotistas, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação feita pelo Gestor, acerca da aprovação pelo Comitê de Investimento da realização de investimento pelo Fundo, a realização das Integralizações Remanescentes, especificando no respectivo requerimento o prazo para integralização das Quotas, que em nenhuma hipótese será inferior a 15 (quinze) dias corridos ou 10 (dez) Dias Úteis, dos dois o maior.

Parágrafo Segundo - O quotista que não fizer o pagamento nas condições previstas neste Regulamento e no Boletim de Subscrição ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito atualizado pelo Indexador, *pro rata temporis* e de uma multa equivalente a 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o débito corrigido.

Parágrafo Terceiro - Caso o Quotista Inadimplente deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos ao Fundo estabelecida no Boletim de Subscrição, as Amortizações a que fizer jus serão utilizadas para compensação dos débitos existentes com o Fundo até o limite de seus débitos, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades e outras possíveis formas de cobrança.

Parágrafo Quarto - Os recursos aportados no Fundo, nos termos deste artigo, destinados à

aquisição de ativos e que já tenham sido aprovados pelo Comitê de Investimentos, deverão ser investidos nas Companhias Alvo no prazo de até 90 (noventa) dias. Caso não seja concretizado o investimento no prazo estabelecido, os recursos ingressados no Fundo deverão ser devolvidos em até 3 (três) dias úteis, a título de amortização, ressalvada orientação diversa do Comitê de Investimentos.

Da Emissão e Colocação das Quotas

Artigo 20 - As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio, assumem a forma nominativa e têm seu valor determinado com base na divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas do Fundo ao final de cada dia.

Parágrafo Primeiro - As Quotas serão mantidas em contas de depósito em nome dos quotistas.

Parágrafo Segundo - Não haverá taxas (i) de ingresso ou (ii) de saída do Fundo.

Artigo 21 - O valor original de cada Quota para a subscrição inicial é de R\$1.000,00 (um mil reais).

Parágrafo Primeiro - O valor das Quotas será calculado diariamente com base nas normas contábeis aplicáveis ao Fundo.

Parágrafo Segundo – Após o Fechamento, não serão emitidas novas quotas a fim de se admitir novos quotistas no Fundo.

Capítulo IV - Investimentos do Fundo

Política de Investimento

Artigo 22 - Constitui-se objetivo do Fundo investir em Valores Mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Alvo, que resultem na participação do processo decisório das Companhias Investidas, conforme Artigo 3º deste Regulamento, sendo obrigatório que, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do Patrimônio Líquido esteja investido nos Setores Alvo, observado o previsto nos Artigos 28, 29, 30 e 31 deste Regulamento.

Parágrafo Único – O Fundo poderá ainda investir, dentro do percentual estipulado no caput acima, em ações, títulos e valores mobiliários não conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias públicas ou privadas, abertas ou fechadas dos Setores Alvo, que o Comitê de Investimento entenda que possam ser convertidos em ativos de liquidez, que estejam de conformidade com Instrução CVM 391, de 16 de julho de 2003 e dispositivos posteriores, além das normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3456, de 01/06/2007, observado ainda o Artigo 23, Parágrafo 3º deste Regulamento. E em companhias que estejam ou possam estar em processo de recuperação e reestruturação, observado o disposto neste Regulamento, na legislação aplicável, observadas ainda as condições exigidas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.456, de 01 de junho de 2007, e alterações posteriores.

Artigo 23- Na realização dos investimentos do Fundo, o Gestor observará as deliberações do Comitê de Investimento, tomadas de acordo com o Artigo 42 deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - Os Valores Mobiliários das Companhias Alvo poderão ser ilíquidos no momento do investimento, mas o Fundo deverá envidar seus melhores esforços para que a Companhia Investida, caso seja fechada, venha a atender, no que couber, aos padrões de governança corporativa exigidos pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA para a listagem das ações de sua emissão para a negociação no Novo Mercado ou Nível 2 da BOVESPA, observadas, ainda, as condições exigidas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.456, de 01 de junho de 2007, ou pelo normativo que venha a substituí-la, atinente à aplicação dos recursos dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar.

Parágrafo Segundo - Os quotistas deverão atestar, por meio do Boletim de Subscrição, que, tendo em vista a natureza do investimento em participações, e a política de investimento do Fundo, estão cientes de que (i) os ativos componentes da carteira do Fundo poderão, em um primeiro momento, ter liquidez significativamente baixa, em comparação a outras modalidades de investimento em fundos de investimento; e que (ii) a carteira do Fundo poderá estar concentrada em Valores Mobiliários de emissão de poucas Companhias Investidas, tomando os riscos dos investimentos diretamente relacionados à performance de tais Companhias Investidas.

Parágrafo Terceiro - A participação do Fundo no processo decisório da companhia investida poderá ocorrer:

I - pela detenção de ações que integrem o bloco de controle;

II - pela celebração de acordo de acionistas;

III - pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão; ou

IV - por qualquer outro meio permitido pela legislação em vigor ou aprovado pela CVM.

Parágrafo Quarto - Não obstante a diligência do Administrador, do Gestor e do Consultor de Investimentos em colocar em prática a política de investimento delineada neste Regulamento, o Administrador, o Gestor e o Consultor de Investimentos não poderão ser responsabilizados por eventual depreciação dos bens ou ativos integrantes da carteira, ou prejuízos em caso de liquidação do Fundo (salvo na hipótese de tais prejuízos ou depreciações terem ocorrido em razão de culpa ou dolo desses mesmos agentes), assumindo os quotistas os riscos inerentes a este tipo de investimento. Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados.

Artigo 24 - As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia do Administrador, do Gestor, do Consultor de Investimentos ou de qualquer instituição pertencente ao mesmo conglomerado financeiro, nem do Fundo Garantidor de Crédito.

Artigo 25 - As Companhias Alvo, de modo a permitir que o Fundo possa adquirir ou subscrever Valores Mobiliários de sua emissão, deverão ainda atender aos melhores padrões de operação e desenvolvimento exigidos legalmente em suas atividades.

Parágrafo Único - Deverão ser priorizados investimentos em Companhias Alvo que tenham incorporado como prática ou que estejam incorporando princípios básicos de responsabilidade social, ambiental e ética, em consonância com os Princípios para Investimento Responsável - PRI, conforme segue:

- (i) A política de investimento do Fundo, bem como os processos de análise e decisão de investimento, devem incluir as questões de meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa.
- (ii) O Fundo deve desenvolver e divulgar uma política de acompanhamento de participação ativa de acordo com o PRI, buscando um engajamento das empresas investidas nas questões relacionadas com meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa.
- (iii) O Fundo deve buscar o nível de transparência adequado nas companhias investidas quanto às questões relacionadas com meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa.
- (iv) O Fundo deve promover a aceitação e a implementação do PRI nas companhias investidas.
- (v) O Fundo deve, sempre que possível, desenvolver ou apoiar iniciativas de colaboração adequadas à implementação do PRI.

Exemplificando os procedimentos acima:

- a) Publicação de Balanço Social;
- b) Declaração de não utilização de mão-de-obra infantil ou trabalho compulsório;
- c) Tratamento equânime entre mão-de-obra própria e terceirizada;
- d) Proteção ao meio-ambiente;
- e) Políticas de inclusão social e de geração de renda;
- f) Participação em projetos sociais;
- g) Ética e transparência; e
- h) Certificação ISO 14.000.

Artigo 26 – Adicionalmente, e sem prejuízo do disposto no artigo 25, para se tornar uma Companhia Investida, esta deverá, ainda, seguir os seguintes requisitos:

- I - proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- II - estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para os membros do Conselho de Administração;
- III - disponibilização de todos os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão;

IV - adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;

V - formalizar perante o Fundo que, no caso de abertura de seu capital, obrigar-se-á a aderir aos padrões de governança corporativa definidos nos anexos I e II da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.456, de 01 de junho de 2007, , ou pelo normativo que venha a substituí-la, atinente à aplicação dos recursos dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, por bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado credenciada na CVM para negociação em segmento especial nos moldes do Novo Mercado ou classificação nos moldes do Nível 2 da Bovespa;

VI – proceder à auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM;

VII - prever em seus estatutos, no que couber, o atendimento aos padrões de governança corporativa definidos nos anexos I e II da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.456, de 01 de junho de 2007, ou pelo normativo que venha a substituí-la, atinente à aplicação dos recursos dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, para as companhias admitidas à negociação em segmento especial nos moldes do Novo Mercado ou classificadas nos moldes do Nível 2 da Bovespa;

VIII - não utilizar trabalho infantil ou escravo;

IX – implementar, caso ainda não possua, (i) política de atuação que procure minimizar os eventuais efeitos nocivos ao meio ambiente decorrentes de suas atividades; (ii) planos de ação que busquem a melhora do seu relacionamento com as comunidades onde suas unidades estejam instaladas; e (iii) boas práticas de gestão de recursos humanos de maneira a desenvolver, na medida do possível o seu capital humano.

Parágrafo Primeiro - Caberá ao Gestor a responsabilidade pela verificação da adequação e manutenção das Companhias Investidas aos requisitos estipulados neste Artigo, observados também os itens previstos no Artigo 23, e a manutenção das condições durante o período de duração do investimento na Companhia Investida, mediante a emissão de relatório contendo as ações a serem implantadas para a adequação ou atestando a conformidade da situação verificada.

Parágrafo Segundo – A atribuição especificada no parágrafo anterior poderá ser executada com a assessoria, assistência e consultoria do Consultor de Investimentos.

Período de Investimento

Artigo 27 - O Fundo deverá realizar os investimentos nos ativos dos Setores Alvo no Período de Investimento, que terá duração de 4 (quatro) anos a partir do Fechamento.

Parágrafo Primeiro – O Fundo poderá, por determinação da Assembléia Geral de Quotistas tomada por recomendação do Gestor, conforme aprovado pelo Comitê de Investimento, encerrar o Período de Investimento antecipadamente.

Parágrafo Segundo - Uma vez encerrado o Período de Investimento, (i) nenhum novo investimento será realizado pelo Fundo, (ii) nem tampouco será exigida qualquer Integralização Remanescente, ressalvado o disposto no Parágrafo seguinte.

Parágrafo Terceiro - Excepcionalmente, caso deliberado pela Assembléia Geral de Quotistas, o Gestor poderá, após o término do Período de Investimento, realizar investimentos nas Companhias Investidas e exigir Integralizações Remanescentes, para o pagamento, ou a constituição de reservas para pagamento:

I - de despesas e responsabilidades do Fundo;

II - de compromissos de investimento específicos assumidos pelo Fundo antes ou no momento do término do Período de Investimento, então aprovados pelo Comitê de Investimento; ou

III - do valor de emissão de Valores Mobiliários emitidos por Companhias Investidas, com a finalidade de impedir diluição dos investimentos já realizados, ou a perda de controle nas Companhias Investidas, desde que o valor total destes novos investimentos não exceda 10% (dez por cento) do Capital Investido corrigido pelo INPC verificado no período compreendido entre o Fechamento e a data da integralização em questão.

Parágrafo Quarto – Nenhum quotista responderá pelos valores mencionados nos incisos I a III do §3º deste artigo, se tais valores excederem aos respectivos Boletins de Subscrição.

Parágrafo Quinto - O Período de Investimento poderá ser estendido por recomendação do Gestor aprovada pela Assembléia Geral dos Quotistas por um prazo adicional de 12 (doze) meses. Na hipótese de investimentos já aprovados, e que, por qualquer motivo não imputável ao Fundo, estejam com sua implementação suspensa por ocasião do encerramento do Período de Investimento, este poderá, ainda, ser renovável, por aprovação da Assembléia Geral dos Quotistas, por outro prazo adicional de 12 (doze) meses, limitado o período máximo de investimento a 72 (setenta e dois) meses a contar do Fechamento.

Composição da Carteira, Limites e Restrições de Investimento

Artigo 28 - A composição da carteira do Fundo deverá atender ao disposto no Artigo 22 deste Regulamento, podendo o Fundo investir valor equivalente a no máximo 5% (cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido em Investimentos Líquidos, respeitadas as vedações constantes da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.456, de 01 de junho de 2007, ou pelo normativo que venha a substituí-la, atinente à aplicação dos recursos dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar.

Artigo 29 - Os Valores Mobiliários de emissão de uma mesma Companhia Investida não poderão representar mais de 20% (vinte por cento) do Capital Comprometido, corrigido pelo INPC. Na hipótese de investimento em companhias de participações (*holdings*), a restrição em questão se aplicará à participação total do Fundo, seja ela direta ou indireta, nas sociedades objeto de investimento pela companhia de participação.

Parágrafo Único - Em casos excepcionais, os limites previstos neste Artigo poderão ser excedidos, desde que a não observância dos limites seja previamente aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, convocada para esse fim.

Parágrafo Segundo – Os limites definidos nos artigos 28 e 29 deverão ser observados após o término do Período de Investimentos.

Artigo 30 – Somente poderão ser alvo de investimento do Fundo companhias que atendam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – Sejam pessoas jurídicas com sede no Brasil;

II – Estejam seguradas, quando aplicável, por apólices de seguros emitidas por seguradoras financeiramente estáveis e de ilibada reputação, com cobertura de riscos usualmente praticada em empresas atuantes no mesmo segmento.

Artigo 31 – No último dia do Período de Investimento os seguintes critérios serão aplicáveis, sendo os Valores Mobiliários e ativos financeiros avaliados para esse fim por seus respectivos custos de aquisição:

I – Ativos do setor de saneamento, referentes a abastecimento de água, esgotamento sanitário e manuseio de resíduos sólidos: até 50% do Capital Comprometido;

II – O conjunto de ativos relacionado aos demais setores em projetos de *green field*, ou seja, projetos completamente novos, ainda em fase pré-operacional de estudo e desenvolvimento, não deverá ultrapassar o limite de 25% do Capital Comprometido.

Artigo 32 - É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto, quando, cumulativamente (i) tais operações sejam realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial por meio de operações com opções que tenham como ativo subjacente Valor Mobiliário que integre a carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão, (ii) a operação seja aprovada por maioria pelo Comitê de Investimentos e (iii) forem observadas as disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº3.456, de 01 de junho de 2007.

Artigo 33 - É vedada, salvo aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas, a aplicação de recursos do Fundo em títulos e Valores Mobiliários de companhias nas quais participem, direta ou indiretamente:

I - o Administrador, o Gestor, o Consultor de Investimentos, os membros do Comitê de Investimento e quotistas titulares de Quotas representativas de mais de 5% (cinco por cento) do patrimônio do Fundo, suas coligadas, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

II - quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que:

- (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
- (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.

Parágrafo Único - Salvo aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, é igualmente vedada a realização de operações, pelo Fundo, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas no inciso I do "*caput*" deste Artigo, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo Administrador ou pelo Gestor.

Capítulo V - Distribuição de Resultados e Amortizações

Artigo 34 – As Quotas do Fundo não são resgatáveis, mas serão amortizadas no todo ou em parte, observada a disponibilidade de recursos para tanto. Qualquer Amortização abrangerá todas as quotas do Fundo e será feita na mesma data a todos os quotistas mediante rateio das quantias sempre em espécie, a serem distribuídas pelo número de Quotas existentes e serão pagas aos quotistas em até 10 (dez) dias corridos, contados da data do efetivo ingresso dos referidos recursos no Fundo

Parágrafo Primeiro - O Administrador deverá, por ocasião da alienação, total ou parcial, de investimentos integrantes da carteira do Fundo, destinar o produto, oriundo de tal alienação, à Amortização de Quotas, de acordo com as seguintes regras:

I – O produto da alienação será distribuído entre os quotistas do Fundo, na proporção de suas participações, até que estes tenham recuperado todo o Capital Investido, atualizado pelo Indexador. Após a realização da primeira Amortização, os valores totais de cada Amortização serão indicados considerando a atualização pelo Indexador até o dia da nova Amortização, sendo tal valor atualizado considerado no cálculo do Capital Investido já recuperado pelos quotistas;

II – Uma vez pago aos quotistas o valor equivalente à totalidade do Capital Investido atualizado pelo Indexador nos termos do inciso anterior, o saldo remanescente do produto da alienação será destinado simultaneamente ao pagamento da Taxa de Performance, nos termos do Art. 14, e ao pagamento aos quotistas, na proporção de suas participações.

Parágrafo Segundo - As Amortizações poderão ser realizadas em outras formas, que não em espécie, desde que aprovado tal procedimento em Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 27 acima, os dividendos e juros sobre o capital próprio, porventura distribuídos pelas Companhias Investidas, assim como quaisquer outros valores recebidos pelo Fundo, em decorrência de seus investimentos nas Companhias Investidas, inclusive desinvestimentos, serão distribuídos aos quotistas, na proporção de suas participações, mediante crédito do valor correspondente na conta corrente previamente indicada pelo quotista, no prazo de até 10 (dez) dias corridos do mês subsequente ao da efetiva distribuição de dividendos e juros de capital próprios, sendo o valor atualizado

equivalente a tal crédito considerado no cálculo do Capital Investido já recuperado pelos quotistas.

Capítulo VI - Assembléia Geral de Quotistas

Competência da Assembléia Geral de Quotistas

Artigo 35 - Além das matérias estabelecidas na regulamentação própria, e de outras matérias previstas em outros Artigos deste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral de Quotistas o seguinte:

I - tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;

II - deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações de quotistas, observado o disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo 45;

III - deliberar sobre as condições de emissão, subscrição e integralização de novas Quotas;

IV - deliberar sobre a alteração do Prazo de Duração e do Período de Investimento do Fundo;

V - deliberar sobre a alteração do Regulamento do Fundo;

VI - deliberar sobre amortizações ou liquidação que não sejam em espécie;

VII - deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento do Comitê de Investimento;

VIII - deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;

IX - deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e do quorum de deliberação da assembléia geral;

X - deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador, do Gestor ou do Consultor de Investimentos e escolha de seu substituto;

XI - deliberar sobre os Artigos 22, 28, 29, 30 e 31 do Regulamento;

XII - deliberar sobre a realização de investimentos nas Companhias Investidas após o término do Período de Investimento, assim como pela exigência de Integralizações Remanescentes para o pagamento ou a constituição de reservas para pagamento;

XIII - deliberar pela renovação de investimentos já aprovados pelo Fundo cuja implementação se encontre suspensa por ocasião do encerramento do Período de Investimento;

XIV - deliberar sobre o aumento da taxa de remuneração do Administrador, do Gestor e do Consultor de Investimento, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do Fundo;

XV - deliberar, em sua primeira convocação, pela eleição dos membros do comitê de investimento; e

XVI – aprovar a alteração e/ou substituição de Pessoas Chave, vinculadas ao Administrador, Gestor e Consultor de Investimentos na forma do artigo 7º.

XVII – deliberar acerca da aprovação da advertência a ser emitida conforme Artigo 40, inciso II, item (ii).

XVIII – aprovar a propositura de medidas judiciais, em nome do Fundo, em face de terceiros, destacando-se que no caso de medidas propostas contra o Fundo, a prévia aprovação da Assembléia Geral não será necessária.

Parágrafo Primeiro - Este Regulamento poderá ser alterado pelo Administrador independentemente da deliberação da Assembléia Geral ou de consulta aos quotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressas exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a necessária comunicação aos quotistas.

Parágrafo Segundo –A Assembléia Geral de Quotistas poderá deliberar pela destituição do Administrador, do Gestor e do Consultor de Investimentos, com justa causa, na ocorrência das seguintes hipóteses:

i) descumprimento pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Consultor de Investimentos de quaisquer de suas obrigações, deveres ou atribuições nos termos previstos neste Regulamento ou na legislação e regulamentação aplicável;

ii) culpa, dolo ou má-fé do Administrador, do Gestor ou do Consultor de Investimentos no exercício de suas atividades;

iii) descredenciamento pela CVM do Administrador ou do Gestor.

iv) qualquer alteração e/ou substituição de Pessoas Chave que seja processada em desacordo com o previsto no Artigo 7º.

Convocação da Assembléia Geral de Quotistas

Artigo 36 - A Assembléia Geral de Quotistas pode ser convocada a qualquer tempo pelo Administrador ou por quotistas representando no mínimo 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

Parágrafo Único – O Gestor poderá solicitar ao Administrador convocação de Assembléia Geral de Quotistas a qualquer tempo e este acatará a solicitação do gestor sempre que a matéria a

ser deliberada observe a legislação vigente e este Regulamento.

Artigo 37 - A convocação para a Assembléia Geral de Quotistas far-se-á mediante carta com aviso de recebimento, encaminhada a cada quotista, a qual deverá indicar, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral de Quotistas, bem como a respectiva ordem do dia.

Parágrafo Primeiro - As convocações da Assembléia Geral de Quotistas deverão ser feitas com no mínimo 22 (vinte e dois) Dias Úteis ou 30 (trinta) dias corridos de antecedência, dentre os dois prazos, o maior, contado o prazo a partir da data da postagem.

Parágrafo Segundo - Independentemente de convocação, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os quotistas.

Parágrafo Terceiro - A Assembléia Geral de Quotistas que deva deliberar sobre as demonstrações financeiras do Fundo somente pode ser realizada após o envio aos quotistas de cópias das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo, observados os prazos estabelecidos na Instrução CVM nº 391/03.

Parágrafo Quarto - A Assembléia Geral de Quotistas será instalada com a presença de quotistas que representem, no mínimo, a maioria das quotas emitidas (50% mais uma quota). Caso não haja quórum suficiente na primeira convocação, o Administrador deverá realizar nova convocação, com as mesmas condições de instalação já previstas.

Artigo 38 - Os quotistas poderão ser representados em Assembléia Geral de Quotistas por procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Artigo 39 - Nas deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas, a cada Quota será atribuído o direito a um voto.

Artigo 40 - As deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas serão tomadas pela maioria simples das quotas emitidas.

Parágrafo Primeiro - Para a deliberação sobre a destituição ou substituição do Administrador, do Gestor ou do Consultor de Investimentos, sem justa causa, o ente em questão deverá ter recebido uma advertência, com no mínimo 3 (três) meses de antecedência da destituição ou substituição, aviso este que deve ter sido aprovado em Assembléia Geral de Quotistas, por deliberação de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das quotas emitidas, com a indicação, se for o caso, da insatisfação dos Quotistas com o desempenho do Administrador, do Gestor ou do Consultor ou das razões que ocasionaram a emissão da advertência.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de deliberação acerca da destituição do Administrador e/ou do Gestor, estão impedidos de votar o ente acerca do qual está sendo deliberada a destituição, bem como dos quotistas que por ele sejam controlados direta ou indiretamente, devendo ser excluídos da contagem dos quotistas presentes para determinação do quorum das votações em questão.

Parágrafo Terceiro - Somente poderão votar na assembléia geral os cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem inscritos no livro "Registro dos Cotistas" ou na conta de depósito, conforme for o caso.

Parágrafo Quarto – O Administrador e o Gestor estão impedidos de votar as matérias que deliberem sobre os incisos I, X, XII, XIII, XIV, XVI e XVII do artigo 35.

Capítulo VII - Comitê de Investimento

Artigo 41 - O Fundo terá um Comitê de Investimento, não remunerado pelo Fundo, composto por, no máximo, 9 (nove) membros e respectivos suplentes, a serem eleitos e nomeados por ocasião da 1ª Assembléia Geral de Quotistas, da seguinte forma:

I - 01 (um) membro será indicado pelo Gestor;

II - 01 (um) membro será indicado pelo Administrador;

III - 01 (um) membro será indicado pelo Consultor de Investimentos, e

IV - 6 (seis) membros serão indicados pelos quotistas.

Parágrafo Primeiro - Todos os membros indicados serão pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, com mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a recondução. Os membros do Comitê de Investimento poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por solicitação de quem os indicou.

Parágrafo Segundo – O Gestor, o Administrador e o Consultor de Investimentos, caso venham a deter quotas do Fundo, não poderão participar, de nenhuma forma, seja isolada ou conjuntamente, da eleição mencionada no inciso IV deste artigo.

Parágrafo Terceiro – O Gestor, o Administrador e o Consultor de Investimentos ou quaisquer pessoas vinculadas, sob qualquer forma, a esses agentes, não poderão ser indicados para as vagas do Comitê de Investimento mencionadas no inciso IV deste artigo.

Parágrafo Quarto - A representatividade no Comitê de Investimento, particularmente quanto à indicação reservada aos quotistas, prevista no inciso IV deste artigo, dar-se-á proporcionalmente à quantidade de Quotas detidas, sendo atribuído a cada 16,67% (dezesesseis inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) de Quotas emitidas, detidas individualmente ou em conjunto, o direito de indicar um candidato a membro do referido Comitê.

Parágrafo Quinto - Caso haja sobra das vagas previstas no art. 41, IV, deste Regulamento (“vagas remanescentes”), a Assembléia Geral de Quotistas poderá deliberar, por unanimidade, a forma de preenchê-las. Na hipótese prevista neste parágrafo, serão observadas as vedações previstas no Parágrafo Segundo e Terceiro.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de empate entre candidatos a membros do Comitê de Investimento indicados pelos Cotistas, o desempate será realizado segundo os seguintes critérios:

I - será considerado eleito aquele que tenha sido votado exclusivamente por quotistas que

ainda não tenham conseguido eleger membro para o referido Comitê de Investimento para o mandato do exercício em questão;

II - caso após a adoção do critério descrito no Inciso I acima o empate persista, será considerado eleito o candidato que tenha maior número de votos de quotistas que ainda não tenham conseguido eleger membro para o referido Comitê de Investimento;

III - caso após a adoção dos critérios descritos nos Incisos I e II acima o empate persista, será considerado eleito o candidato que receber votos do maior número de quotistas diferentes; e

IV - caso após a adoção dos critérios descritos nos Incisos I, II e III acima o empate persista, será procedida nova votação dentre todos os quotistas para a seleção do membro do Comitê de Investimentos dentre os candidatos empatados, sendo aplicável em relação ao resultado da nova votação em questão, os critérios de desempate estabelecidos nos Incisos I a III acima, conforme o caso.

Parágrafo Sétimo - Na hipótese de vaga de cargo por renúncia, morte, interdição ou qualquer outra razão, esta será preenchida automaticamente, por novo membro a ser indicado pelos quotistas que haviam indicado o membro que ocupava a vaga em questão. O novo membro indicado completará o mandato do membro substituído.

Parágrafo Oitavo - O Comitê de Investimento se reunirá no mínimo trimestralmente, podendo se reunir sempre que os interesses do Fundo assim o exigirem. Será permitida a participação dos membros por meio de áudio conferências, assim como o encaminhamento de seus respectivos votos via correio eletrônico.

Parágrafo Nono – As reuniões do Comitê de Investimentos poderão ser convocadas por qualquer de seus membros mediante notificação por escrito a ser enviada aos demais membros do Comitê de Investimentos pelo Gestor ou pelo membro que estiver convocando a reunião em questão, com antecedência de 22 (vinte e dois) Dias Úteis, ou 30 (trinta) dias corridos, dos dois prazos, o maior.

Parágrafo Dez - A convocação de reunião do Comitê de Investimentos deverá indicar, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a reunião, bem como a respectiva ordem do dia. Na hipótese de a pauta da reunião ter por objeto deliberar sobre determinada proposta de investimento, além das informações acima estabelecidas, a convocação deverá ser enviada com antecedência mínima de 22 (vinte e dois) Dias Úteis, ou 30 (trinta) dias corridos, dos dois prazos, o maior, acompanhada pelos seguintes documentos e informações entregues ao Gestor pelo Consultor de Investimentos, quando aplicáveis ao investimento, os quais poderão ser enviados por meio magnético para os endereços eletrônicos constantes do cadastro de cada membro do Comitê de Investimentos:

I - análise do mercado de atuação da Companhia Alvo objeto do investimento em questão;

II - análise econômico-financeira da Companhia Alvo em questão, projeções de fluxo de caixa e demonstrativos financeiros;

III – relatório de avaliação do investimento em questão, bem como demonstração da referida avaliação;

IV - estruturação financeira da operação envolvendo o investimento na Companhia Alvo em questão;

V – Análise jurídica do investimento, abordando principalmente aspectos societários, fiscais, trabalhistas, ambientais, bem como quaisquer outros riscos decorrentes do investimento e respectivas estratégias ou medidas que possam mitigá-los.

VI – descrição das possíveis opções de desinvestimento.

Parágrafo Onze – Os membros do Comitê de Investimento indicados pelo Quotista que tiver direito ao assento poderão ser pessoa física ou pessoa jurídica. Haverá suplente apenas na hipótese da indicação do membro efetivo recair sobre pessoa física.

Parágrafo Doze – As reuniões do Comitê de Investimentos ocorrerão, preferencialmente, no escritório do Gestor no Rio de Janeiro.

Parágrafo Treze – Os demais quotistas que não foram eleitos para compor o Comitê de Investimentos poderão participar das reuniões e farão jus ao recebimento de toda e qualquer documentação recebida pelos demais membros do Comitê sem, no entanto, terem direito a voto.

Artigo 42 - Compete ao Comitê de Investimento deliberar sobre:

I - os investimentos a serem realizados pelo Fundo em Companhias Alvo;

II - os desinvestimentos a serem realizados pelo Fundo;

III - as demais decisões relevantes, inclusive aumento de participação, adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do Fundo;

IV - os eventuais desenquadramentos do Fundo, no prazo compreendido entre as chamadas das Integralizações Remanescentes e os efetivos investimentos nas Companhias Investidas.

V - as despesas extraordinárias, prevista no inciso XIII do artigo 52.

VI – deliberar sobre as eventuais situações de conflitos de interesses conforme artigo 65.

VII - aprovar a baixa contábil parcial ou total de investimentos realizados pelo Fundo,

VIII – deliberar sobre a possibilidade de encerramento antecipado do Período de Investimentos, conforme prevê o parágrafo primeiro do artigo 27.

Parágrafo Primeiro - É de competência do Gestor e do Consultor de Investimentos, em

conjunto, o encaminhamento das propostas de investimento e/ou desinvestimento ao Comitê de Investimento.

Parágrafo Segundo – Não obstante as propostas de investimento ou desinvestimento apresentadas ao Comitê de Investimentos sejam encaminhadas de comum acordo pelo Gestor e pelo Consultor de Investimentos, a aprovação ou rejeição de investimentos é de única e exclusiva responsabilidade do Comitê de Investimentos.

Parágrafo Terceiro – Não obstante participem do Comitê de Investimento, o Administrador, o Gestor e o Consultor de Investimentos deverão abster-se de votar sempre que a matéria em discussão for relacionada à situação prevista no Artigo 65.

Parágrafo Quarto – As decisões do Comitê de Investimento não eximem o Administrador, Gestor e Consultor de Investimentos, nem as pessoas por estes contratadas para prestar serviços ao Fundo, de suas responsabilidades perante a CVM, os quotistas e terceiros, conforme disposto neste regulamento e na legislação em vigor.

Artigo 43 - As reuniões do Comitê de Investimento serão instaladas mediante a presença de pelo menos 7 (sete) dos membros do Comitê e suas deliberações serão tomadas (i) pela maioria de votos dos membros presentes do Comitê de Investimento e (ii) desde que, no mínimo, 3 (três) membros eleitos pelos quotistas, nos termos do inciso IV, do art. 41, participem da aprovação.

Parágrafo Primeiro – Se o membro eleito pelo quotista não comparecer a (i) 2 (duas) reuniões consecutivas ou (ii) a mais de 1 (uma) a cada três reuniões realizadas, perderá o seu assento temporariamente, durante o prazo necessário à realização das próximas 5 (cinco) reuniões do Comitê de Investimentos. Neste caso, este assento será ocupado automaticamente, por 5 (cinco) reuniões do Comitê de Investimentos, pelo membro indicado por quotista que não conseguiu eleger seu representante em comitê na AGQ convocada para este fim, respeitando, para a ordem da referida ocupação, o número de quotas detidas por cada quotista.

Parágrafo Segundo – Não sendo atingido o quórum de instalação previsto no *caput* supra, o Gestor promoverá nova convocação dos membros do Comitê de Investimentos, com no mínimo de 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data prevista para sua realização.

Parágrafo Terceiro - Das reuniões do Comitê de Investimento será lavrada ata, a qual será assinada pelos membros nelas presentes.

Parágrafo Quarto - As deliberações do Comitê de Investimento que dependam de providências por parte do Administrador deverão ser a ele comunicadas pelo Gestor no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a realização da reunião do Comitê de Investimento.

Capítulo VIII -Obrigações e Poderes do Administrador, do Gestor e do Consultor de Investimentos

Artigo 44 - São obrigações do Administrador do Fundo:

I - manter por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem:

- (a) o registro dos quotistas e de transferência de Quotas;
- (b) o livro de atas das Assembléias Gerais de Quotistas;
- (c) o livro de presença de quotistas;
- (d) o arquivo dos pareceres do auditor independente;
- (e) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio;
- (f) a documentação relativa às operações do Fundo; e
- (g) as atas do Comitê de Investimento, recebidas do Gestor.

II - no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I acima até o término de tal inquérito;

III - exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;

IV - empregar, na defesa dos direitos dos quotistas e do Fundo, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, tomando inclusive as medidas judiciais cabíveis;

V - transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administrador do Fundo;

VI - manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do Fundo custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;

VII - receber, dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;

VIII - pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM nº 391/03 e alterações posteriores;

IX - elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, com base nas informações fornecidas pelo Gestor, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições regulamentares aplicáveis, assim como as constantes do presente Regulamento;

X - elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e demais informações do Fundo;

XI - cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento;

XII - cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas e do Comitê de Investimento,;

XIII - proteger e promover os interesses do Fundo junto às Companhias Investidas, inclusive iniciando quaisquer ações legais, caso necessário;

XIV - divulgar a todos os quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo ou às suas operações, de modo a garantir aos quotistas acesso a estas informações; e

XV – Custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo.

XVI – Encaminhar aos quotistas relatórios contendo informações sobre o enquadramento da carteira do Fundo em relação às regras definidas em seu regulamento.

Parágrafo Único - Entre as informações referidas acima, não se incluirão informações sigilosas referentes às companhias emissoras de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo, obtidas pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Consultor de Investimentos sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da companhia.

Artigo 45 - São atribuições do Gestor, por delegação do Administrador, com relação à atuação junto às Companhias Investidas:

I - negociar e firmar, em nome do Fundo, os acordos de acionistas e demais contratos necessários ao cumprimento dos objetivos do Fundo, dando conhecimento ao Comitê de Investimento e aos demais quotistas e disponibilizando cópia por meio magnético aos membros do Comitê de Investimento e aos demais quotistas em até 10 (dez) dias corridos após a sua assinatura, observado o disposto no Parágrafo segundo deste Artigo;

II - participar das Assembléias Gerais e Especiais de acionistas das Companhias Investidas, tanto das ordinárias quanto das extraordinárias, sempre visando ao cumprimento dos objetivos do Fundo, e atuar junto aos demais acionistas, de forma a que apoiem o Fundo na votação das matérias que serão deliberadas, dando conhecimento ao Comitê de Investimento e aos demais quotistas e disponibilizando cópia por meio magnético aos membros do Comitê de Investimento e aos demais quotistas em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a sua assinatura;

III - fornecer orientação estratégica às Companhias Investidas, incluindo estratégias alternativas de distribuição, identificação de potenciais mercados e parceiros estratégicos, bem como de reestruturação financeira;

IV - proteger e promover os interesses do Fundo junto às Companhias Investidas;

V – disponibilizar na sede do Gestor e do Administrador, sob solicitação do quotista e com a confidencialidade necessária, os relatórios referentes aos projetos não encaminhados para avaliação do Comitê de Investimento.

VI – fornecer aos cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 5% (cinco por cento) das Quotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimentos elaborados, que fundamentem as decisões tomadas em assembléia geral, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;

VII - se houver, fornecer aos quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 5% (cinco por cento) das Quotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retomada e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento, comunicando ao Administrador a solicitação efetuada, antes de sua disponibilização, e encaminhando os documentos fornecidos para atendimento ao disposto no Parágrafo Terceiro deste artigo.

VIII - verificar a adequação das Companhias Investidas aos requisitos estipulados nos Artigos 25 e 26 e a manutenção dessas condições durante o período de duração do investimento na Companhia Investida, respondendo com exclusividade por eventuais danos decorrentes da não observância ao disposto neste inciso.

Parágrafo Primeiro – O Fundo constitui o Gestor seu representante perante terceiros para o cumprimento das atribuições previstas nos incisos I e II acima, outorgando-lhe todos os poderes necessários para tanto.

Parágrafo Segundo – O Gestor contará com a assessoria, assistência e consultoria do Consultor de Investimentos para a execução das atribuições, que lhe foram delegadas pelo Administrador, conforme relacionadas neste artigo.

Parágrafo Terceiro - Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos VI e VII deste Artigo, o Administrador, mediante solicitação do Gestor, poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral de Quotistas, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais quotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o Fundo tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os quotistas que requereram a informação.

Artigo 46 – Caberá, ainda, ao Gestor:

I - fornecer ao Administrador, no prazo por ele solicitado, as informações e documentos necessários para a elaboração do parecer a respeito das operações e resultados do Fundo mencionado no inciso IX do Artigo 44 acima;

II - comunicar ao Administrador, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, as decisões do Comitê de Investimento;

III – encaminhar, ao Administrador, as Atas do Comitê de Investimento, para arquivo;

IV - elaborar relatórios mensais para o Administrador acerca do andamento das Companhias

Investidas, na forma e com o conteúdo definidos previamente entre as partes, contendo o acompanhamento financeiro e de equilíbrio econômico de cada Companhia Investida, controle de valores orçados e gastos de cada projeto, acompanhamento da carteira de recebíveis, auditorias financeiras e acompanhamento da rentabilidade e comprometimento de capital do Fundo em cada projeto, bem como em relação à situação de adequação às normas de governança conforme estabelecido no Artigo 26;

Artigo 47 - São atribuições do Gestor, delegadas ao Consultor de Investimentos, com anuência do Administrador, as seguintes atividades:

I - Prospectar e submeter à análise do Gestor propostas de investimento e desinvestimento;

II – Analisar e emitir pareceres a respeito das propostas de investimento e desinvestimento a ele apresentadas pelo Gestor;

III - Definir conjuntamente com o Gestor quais as propostas de investimentos e desinvestimentos a serem apresentadas ao Comitê de Investimento;

IV - desempenhar suas atribuições de modo a atender o objetivo e política de investimento do Fundo, bem como os limites e condições estabelecidos neste Regulamento;

V - manter atualizada, em perfeita ordem e à disposição do Administrador, e do Gestor, toda a documentação, análises, pareceres e estudos relativos às Companhias Investidas;

VI - prestar, por meio da emissão de pareceres, as informações que lhe forem solicitadas pelo Gestor, ou pelo Administrador pertinentes às Companhias Investidas;

VII - participar de encontros, reuniões e eventos organizados pelo Administrador com os quotistas do Fundo, na periodicidade e com a frequência definida pelo Administrador, prestando a assessoria, assistência e consultoria necessárias;

VIII - participar de reuniões mensais, ou sempre que solicitado, com o Administrador e o Gestor, prestando a assessoria, assistência e consultoria necessárias;

IX - participar, em conjunto com o Administrador e o Gestor, da gestão das Companhias Investidas. As atividades previstas neste inciso serão sempre e necessariamente desenvolvidas em conjunto com o Administrador e com o Gestor, e o Consultor de Investimentos; e

X - estabelecer mecanismos de controle das Companhias Investidas.

Parágrafo Primeiro – O Consultor de Investimentos prestará assessoria, assistência e consultoria ao Gestor na execução das atribuições previstas nos Artigos 45 e 46.

Parágrafo Segundo – O Consultor de Investimentos obriga-se a manter em absoluto sigilo as informações às quais tiver acesso em função do objeto deste regulamento, concordando em não revelar, duplicar ou reproduzir, sob qualquer forma, direta ou indiretamente, informações

ou documentos não públicos pertinentes ao objeto deste instrumento.

Parágrafo Terceiro – O Consultor de Investimentos deverá informar ao Gestor, durante toda a duração do Fundo, todas as suas modificações societárias que venham a ocorrer neste período.

Artigo 48 - É vedado ao Administrador e ao Gestor praticar os seguintes atos em nome do Fundo, direta ou indiretamente:

I - receber depósito em conta corrente;

II - contrair ou efetuar empréstimos;

III - prestar fiança, aval, aceite ou co-obrigar-se sob qualquer outra forma;

IV - prometer rendimento predeterminado aos quotistas;

V - negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134/90, ou outros títulos não autorizados pela CVM;

VI - aplicar recursos em companhias que não sejam sediadas no Brasil;-e

VII – aplicar recursos na aquisição de bens imóveis; e/ou

VIII - aplicar recursos na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

Artigo 49 - O Administrador, observadas as limitações legais, tem poderes para praticar, em nome do Fundo, todos os atos necessários à administração da carteira do Fundo, a fim de fazer cumprir os objetivos deste Fundo, inclusive com poderes para: abrir e movimentar contas bancárias; adquirir e alienar livremente títulos e valores mobiliários, em conformidade com a Política de Investimentos do Fundo estabelecida neste Regulamento; transigir, dar e receber quitação, outorgar mandatos, e enfim praticar todos os atos necessários para a administração da carteira do Fundo, observadas (i) as limitações deste Regulamento, (ii) o que for decidido nas Assembléias Gerais de Quotistas, (iii) as determinações do Comitê de Investimento e (iv) a legislação em vigor.

Artigo 50 - O Administrador obriga-se a cumprir as obrigações previstas na Lei 9.613/98, bem como na Instrução SPC nº 20, de 1º de fevereiro de 2008, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei nº 9.613/98, sendo certo que quaisquer penalidades eventualmente impostas aos quotistas em decorrência de falta de cumprimento dessas regras, por parte do Administrador, serão por este suportadas.

Parágrafo Único - Quaisquer penalidades decorrentes do não cumprimento do disposto no "caput" deste Artigo serão suportadas pelo Administrador.

Artigo 51 - O Gestor, diretamente ou por meio de seus sócios, será um dos investidores do Fundo, comprometendo-se a nele aportar o equivalente em reais a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), sujeito às mesmas regras dos demais quotistas.

Capítulo IX - Dos Encargos do Fundo

Artigo 52 - Constituem encargos do Fundo:

I - quaisquer despesas inerentes à constituição do Fundo e referentes à realização de Assembléia Geral de Quotistas;

II - quaisquer despesas referentes à fusão, incorporação, cisão ou Liquidação do Fundo, dentro dos limites aprovadas pela Assembléia Geral de Quotistas;

III - as Taxas de Administração pagas ao Administrador, ao Gestor e ao Consultor de Investimentos e de Performance, pagas ao Gestor e ao Consultor de Investimentos;

IV - os honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria das demonstrações contábeis do Fundo;

V - honorários de advogados, custas e despesas correlatas, incorridas para a defesa dos interesses do Fundo, em Juízo e fora dele, inclusive eventual condenação judicial, se for o caso;

VI - as taxas, impostos e contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;

VII – despesas com o registro de documentos, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas de interesse do Fundo, previstas na regulamentação pertinente e neste Regulamento;

VIII - despesas com as correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicação a quotistas;

IX - os emolumentos e comissões pagas sobre operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo;

X – parcela de prejuízos eventuais não cobertos por apólice de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador e/ou do Gestor no exercício de suas funções;

XI – taxa de custódia dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do fundo;

XII - os prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do fundo entre bancos;

XIII - as despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços jurídico-legais, fiscais,

contábeis e de consultoria especializada, ficam limitadas a 0,2 % (dois décimos por cento) do total do Capital Comprometido ao ano ao longo do Período de Investimento, e 0,2 % (dois décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ao ano após o Período de Investimento, despesas estas não incluídas na taxa de administração ou performance.

Parágrafo Primeiro - Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do originador da despesa (Administrador, Gestor ou Consultor de Investimentos), salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas,

Parágrafo Segundo - Em hipótese alguma o Administrador, o Gestor e o Consultor de Investimentos poderão: (i) ser contratados para atuar na análise de Companhia Alvo como assessor ou consultor do Fundo e/ou (ii) contratar prestador de serviço que tenha real ou potencial conflito de interesse com a pertinente Companhia Alvo.

Parágrafo Terceiro - O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que tenham sido sub-contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada no Regulamento do Fundo.

Parágrafo Quarto – As despesas relativas à constituição e distribuição pública de cotas do FUNDO compreendem a taxa de registro na CVM, a confecção dos prospectos, o registro do regulamento em cartório e a publicação do anúncio de início e encerramento de distribuição pública de cotas. A soma destas despesas será ressarcida ao Administrador por ocasião da primeira integralização de cotas do fundo.

Capítulo X - Das Demonstrações Contábeis e Informações

Artigo 53 - O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas das do Administrador e do Gestor, bem como do custodiante e do depositário.

Artigo 54 - O exercício social do Fundo coincidirá com o ano civil.

Artigo 55 - As demonstrações contábeis do Fundo serão apuradas da seguinte forma:

I - as ações sem cotação em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, serão avaliadas pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras da respectiva Companhia Investida, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento;

II - ações com cotações em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado serão avaliadas pela cotação média do último dia útil do mês ao qual se refere a demonstração;

III - debêntures conversíveis: serão avaliadas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de

emissão, ou pelo valor das ações em que sejam convertidas, calculadas nos termos do item "I" ou "II" acima, conforme o caso;

IV - títulos públicos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados a preço de mercado; e

V - demais títulos privados serão avaliados a preço de mercado, com vistas a refletir o valor real de negociação imediata do título e compatibilizar seu valor ao de transações realizadas por terceiros.

Artigo 56 - O Gestor deverá remeter aos quotistas, trimestralmente, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados do final de cada trimestre, relatório reportando a situação de cada Companhia Investida.

Artigo 57 - O Administrador deverá remeter:

I - Aos quotistas:

a) mensalmente no prazo de 10 (dez) dias após o encerramento do mês:

- (j) o extrato mensal contendo o valor patrimonial da Quota;
- (ii) o percentual de participação do quotista no Fundo; e
- (iii) o patrimônio total do Fundo e composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram o em formato exigido pela regulamentação em vigor.

II - À CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, e também ao cotista, as seguintes informações:

a) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- i) valor do patrimônio líquido do Fundo;
- ii) número de cotas emitidas

b) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

i) composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;

ii) demonstrações financeiras do Fundo acompanhadas da declaração a que se refere o inciso IX do artigo 44.

iii) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado o seu valor; e

iv) relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da carteira.

c) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, as seguintes informações:

- i) demonstrações financeiras acompanhadas de parecer do auditor independente;
- ii) o valor patrimonial da quota na data do fechamento do balanço e a sua rentabilidade no período; e
- iii) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado o seu valor e percentual em relação ao valor do patrimônio líquido média anual do Fundo.

Parágrafo Primeiro - As informações acima poderão ser remetidas por correio eletrônico pelo Administrador aos quotistas, desde que estes sejam devidamente comunicados.

Parágrafo Segundo - O Administrador se compromete, ainda, a disponibilizar aos seus quotistas todas as demais informações sobre o Fundo e/ou sua administração e a facilitar aos quotistas, ou terceiros em seu nome, devidamente constituídos por instrumento próprio, o exame de quaisquer documentos relativos ao Fundo e à sua administração, mediante solicitação prévia com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Terceiro - A prestação das informações acima deverá observar o estabelecido no Parágrafo Único do Artigo 44 e no Parágrafo Terceiro do Artigo 45.

Parágrafo Quarto - No caso de o fundo ter as suas quotas admitidas a negociação no mercado, o administrador deverá fazer publicar demonstrações financeiras anuais e parecer de auditoria no prazo de 90 (noventa) dias do encerramento do exercício.

Parágrafo Quinto - O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para cotistas ou terceiros.

Artigo 58 - As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o seu Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

Parágrafo Único - Caso alguma informação do Fundo seja divulgada com incorreções ou informações não verdadeiras que possam induzir o investidor a erros da avaliação, o Administrador, por iniciativa própria ou por determinação da CVM, deverá utilizar-se do mesmo veículo de divulgação da informação errônea, constando de modo expresso que a informação está sendo republicada por determinação da CVM, se for o caso.

Artigo 59 - O Administrador deverá fazer as publicações previstas neste Regulamento sempre no mesmo periódico e qualquer mudança deverá ser precedida de aviso aos quotistas.

Capítulo XI - Da Liquidação

Artigo 60 - O Fundo entrará em Liquidação (i) ao final do Prazo de Duração ou de suas eventuais prorrogações, conforme o caso ou (ii) quando a Assembléia Geral de Quotistas assim determinar.

Parágrafo Primeiro - Mediante indicação do Gestor e aprovação da Assembléia Geral de

Quotistas, a Liquidação do Fundo será feita de uma das formas a seguir, sempre levando-se em consideração a opção que possa gerar maior resultado para os quotistas:

I - venda em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, observado o disposto na legislação aplicável;

II - exercício, em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, de opções de venda, negociadas pelo Gestor, quando da realização dos investimentos;

III - entrega de títulos e valores mobiliários negociados em mercado organizado de bolsa ou de balcão ou nos mercados financeiros aos quotistas, devendo estes valores ser abatidos do cálculo da Taxa de Performance, conforme definido neste Regulamento.

Parágrafo Segundo - Em qualquer caso, a Liquidação de ativos será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

Artigo 61 – Caso, ao final do Prazo de Duração do Fundo ou de suas eventuais prorrogações, existam ativos integrantes da carteira que não tenham sido alienados ou resgatados integralmente, tais ativos serão avaliados, inclusive para fins de apuração da taxa de performance devida ao Gestor e ao Consultor de Investimentos, e negociados de acordo com as seguintes regras:

(i) a partir do início do exercício anual relativo ao encerramento do Prazo de Duração do Fundo, os ativos integrantes da carteira que tenham sido objeto de oferta de compra formulada por terceiros interessados, mas não tenham sido alienados por decisão do Comitê de Investimento, deverão ser avaliados pelo preço ofertado, atualizado de acordo com a variação do INPC desde a data da oferta, e, poderão, a critério dos quotistas, ser (a) adquiridos pelos quotistas, proporcionalmente às quotas detidas, em dinheiro, ou (b) distribuídos aos quotistas, na proporção das quotas detidas no Fundo, na data do encerramento do Prazo de Duração do Fundo;

(ii) os ativos que, na data de encerramento do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, e não tenham sido objeto de oferta de compra na forma do item (i) acima, devem ser considerados, para efeito de cálculo do patrimônio líquido naquela data, como sem nenhum valor.

Parágrafo Primeiro - Na liquidação do Fundo, a Assembléia Geral de Quotistas deliberará se o Gestor poderá optar, por um período de um ano, por realizar a venda dos ativos aos quais não tenha sido atribuído valor, de acordo com o item (ii) deste Artigo. Caso a Assembléia Geral de Quotistas delibere e o Gestor opte por realizar a venda dos ativos nos termos deste parágrafo, os quotistas outorgarão ao Gestor mandato irrevogável e irretratável, sem previsão de quaisquer despesas para os quotistas, com plenos poderes para negociar livremente e alienar os ativos transferidos aos quotistas, observado (i) o prazo de um ano e (ii) aprovação prévia pela maioria dos quotistas do Fundo para referida alienação; a não obtenção de aprovação dos quotistas nos termos deste item implicará na distribuição aos quotistas dos ativos na forma dos itens (a) ou (b) do Artigo 61(i).

Parágrafo Segundo - O Gestor e o Consultor de Investimentos farão jus a uma remuneração pela venda dos ativos descritos conforme acima, que será fixada de acordo com os mesmos critérios e princípios aplicáveis à taxa de performance, calculada como se o Fundo não tivesse sido extinto, sendo que o valor efetivo de venda dos referidos ativos ou valor de proposta vinculante apresentada pelo Gestor para a venda dos ativos será computado para fixação dessa remuneração.

Parágrafo Terceiro - Qualquer alteração aos parágrafos primeiro e segundo acima, ficará sujeita à prévia e expressa aprovação do Gestor.

Parágrafo Quarto – Em caso de o Gestor optar, e a Assembléia Geral de Quotistas aprovar, pela venda dos ativos remanescentes a que se refere o parágrafo primeiro deste artigo, não haverá cobrança de taxa de administração.

Artigo 62 – A liquidação do Fundo deverá ser comunicada à CVM, no prazo de 8 (oito) dias contados de sua deliberação em assembléia geral.

Parágrafo Primeiro - Tal deliberação somente produzirá efeitos a partir da data de protocolo na CVM da cópia da ata da assembléia geral, com o inteiro teor da deliberação e do regulamento do fundo consolidado, se for o caso.

Parágrafo Segundo - O Administrador deverá, ainda, praticar todos os atos necessários ao seu encerramento perante quaisquer autoridades.

Artigo 63 - Quando da Liquidação do Fundo ao término do Prazo de Duração, o Administrador deverá iniciar a divisão do Patrimônio Líquido do Fundo entre os quotistas, observadas as suas participações percentuais no Fundo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, observado o disposto neste Capítulo.

Capítulo XII – Dos Riscos Associados Ao Investimento No Fundo

Artigo 64 – Não obstante os cuidados a serem empregados pelo Administrador, Gestor e Consultor de Investimentos na implantação da política de investimentos descrita neste Regulamento, os investimentos no Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos a riscos, incluindo mas não se limitando a:

(i) – Restrições ao resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, não admite a qualquer momento o resgate de quotas. Caso os Quotistas queiram se desfazer de seus investimentos no Fundo, será necessária a venda de suas Quotas no mercado secundário. Todavia, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociar quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou obter preços reduzidos na venda das mesmas.

(ii) – Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo

As aplicações em valores mobiliários do Fundo apresentam peculiaridades em relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimentos brasileiros, em razão das características de prazo e duração do mesmo. Caso o Fundo precise se desfazer de parte desses valores mobiliários como debêntures, bônus, ações de companhias fechadas, ou abertas com pouca negociação, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser reduzido devido à baixa liquidez no mercado de mobiliário no país, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

(iii) - Pagamento Condicionado ao retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes essencialmente dos rendimentos, dividendos e outras remunerações que sejam atribuídas aos valores mobiliários integrantes de sua carteira, bem como pela alienação de bens emitidos pelas Companhias Investidas. Portanto, a capacidade do Fundo de amortizar suas obrigações está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

(iv) - Não Recuperação dos Recursos Aplicados

Caso o Fundo venha a tomar medidas para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos valores mobiliários cujos valores de principal ou encargos não tenham sido honrados, não existem quaisquer garantias de que os montantes devidos serão recuperados, total ou parcialmente, em prazo compatível com a duração do Fundo. Nessa hipótese, os rendimentos do Fundo e, em decorrência, dos Quotistas, poderão ser impactados de modo negativo.

(v) – Critérios de Elegibilidade das Companhias Investidas

A seleção de projetos e companhias passíveis de investimentos por parte do fundo deverá seguir os critérios de elegibilidade previstos neste Regulamento e sua aprovação será feita pelo Comitê de Investimento. Apesar disso, o cumprimento dos critérios de elegibilidade não constitui garantia de rentabilidade ou promessa de atribuição de rendimentos na medida esperada pelos Quotistas do Fundo, haja vista que a condição econômico-financeira das companhias investidas poderá ser prejudicada por fatores exógenos causados por alterações no cenário macroeconômico do país, que não podem ser previstos antecipadamente.

(vi) – Concentração da Carteira

Apesar da limitação estabelecida por este Regulamento, o cumprimento deste requisito não se constitui em promessa ou garantia de rentabilidade ou manutenção de rendimentos ao quotista, podendo a concentração de aplicação de recursos, mesmo que limitada, em uma mesma Companhia Investida, na hipótese de má performance desta, comprometer a performance do Fundo. Nesta situação, os rendimentos do Fundo e, conseqüentemente, o dos Quotistas poderão ser impactados negativamente.

(vii) - Do uso de Derivativos

A contratação pelo fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam no caso de tais estratégias não terem sido utilizadas. Essa situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos seus Quotistas, proporcionalmente à sua participação no patrimônio.

(viii) – Não garantia de Rentabilidade

O objetivo de rentabilidade do Fundo não constitui garantia mínima ou promessa de obtenção ou manutenção de rentabilidade do Fundo. A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações existente no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para o Fundo. Os cotistas do Fundo estarão sujeitos a prejuízos resultantes, dentre outros fatores, da depreciação dos ativos e bens integrantes de sua carteira.

(ix) – Regulamentação e Políticas Intervencionistas por parte do Governo Federal

Os investimentos do Fundo serão destinados a investimentos em companhias dos Setores Alvo, setores estes que são, em grande parte, regulamentados pelo Poder Público. Assim, alterações na regulamentação desses setores, por parte do atual ou próximos governos, poderão impactar negativamente as companhias investidas e, em consequência, a capacidade de pagamento e a rentabilidade do Fundo.

Capítulo XIII - Disposições Finais

Conflito de Interesses

Artigo 65 - O Comitê de Investimento do Fundo deverá analisar as eventuais situações de Conflito de Interesses, conforme definido nos parágrafos abaixo, e aprovar, ou não, operações que envolvam tal conflito, ainda que potencial. O Administrador, o Gestor e o Consultor de Investimentos deverão sempre agir de boa-fé, e na hipótese de potencial conflito de interesses, submeter sua resolução à aprovação do Comitê de Investimento do Fundo.

Parágrafo Primeiro – O quotista e/ou membro do Comitê de Investimentos conflitado, ou seja, que se encontre em uma situação que o coloque, potencial ou efetivamente, em situação de Conflito de Interesses, de qualquer natureza, deverá (i) informar a referida situação ao Administrador, o qual informará essa mesma situação os demais membros do Comitê de Investimentos e/ou demais quotistas; e (ii) abster-se-á de participar das discussões, salvo de detiver informações que desabonem o investimento, assim como de votar nas reuniões do Comitê de Investimentos e/ou nas Assembléias Gerais de Quotistas realizadas para a resolução de Conflito de Interesses.

Parágrafo Segundo – O Gestor se compromete a levar ao conhecimento do Comitê de Investimento toda e qualquer operação e situação verificada em Oportunidades de Investimento que possam ser caracterizadas como de potencial conflito de interesses.

Investimento Conjunto

Artigo 66 - O Administrador, o Gestor e o Consultor de Investimentos deverão, caso aprovado pela Assembléia Geral de Quotistas e respeitadas as restrições legais, oferecer (i) aos quotistas, e (ii) a empresas ligadas direta ou indiretamente a ele Administrador, ao Gestor e ao Consultor

de Investimentos, oportunidades de investir, nas Companhias Alvo, em condições equitativas e juntamente com o Fundo, montante excedente ao investimento que o Fundo deliberou realizar. Na hipótese de ocorrer um interesse conjunto das pessoas acima mencionadas, o valor do investimento excedente ao do Fundo será rateado entre eles, nas condições em que os mesmos vierem a negociar.

Capítulo XIV- Arbitragem

Cláusula Compromissória

Artigo 67 - Os desentendimentos, dúvidas ou conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento serão solucionados por meio de arbitragem, nos termos da Lei 9.307/96, a qual reger-se-á pelo regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado (“CAM”) da BOVESPA, sendo certo que exclusivamente para a obtenção das medidas liminares acautelatórias ou preventivas, bem como para o início obrigatório no procedimento arbitral, nos termos do Artigo 7º da Lei 9.307/96, e para a execução da sentença arbitral, se necessário, fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Parágrafo único – Todos os prazos mencionados no Regulamento da CAM, conferidos às partes litigantes, serão sempre contados em dobro.

Assinam o presente instrumento os Procuradores da Caixa Econômica Federal.

Brasília (DF), 10 de junho de 2008
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Vice-Presidência de Ativos de Terceiros

Este Regulamento encontra-se averbado sob nº 785.917, de 17/06/2008, à margem do registro nº 647.622, de 03/01/2007, no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade e comarca de Brasília – DF.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAIXA AMBIENTAL

Código do Ativo	Emissor FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES CAIXA AMBIENTAL		
Número do Boletim	Nº Agência/Oper/Nº Conta	Data da Subscrição	
Administrador CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CNPJ/MF 00.360.305/0001-04		
Endereço Av. Paulista, 2300 11º Andar	Cidade São Paulo	UF SP	
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO Distribuição pública de mínimo de 400.000 (quatrocentas mil) até 700.000 (setecentas mil) quotas do Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental, em uma única série, com valor nominal unitário inicial de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), perfazendo um montante de até R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) na data da concessão de registro pela CVM. O investidor deverá subscrever, no mínimo, um valor de quotas equivalente a R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais). A emissão de quotas do Fundo de Investimento em Participações CAIXA Ambiental foi registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários sob o nº CVM/SRE/RFP/2007/003, em 10 de janeiro de 2007.			
Nome do Subscritor/Investidor		CNPJ/CPF	
	Órgão Emissor	Endereço	UF
Documento de Identificação			
Bairro	Cidade	CEP	
Telefone	Ramal	E-mail	
Nome do Representante Legal			CPF
Documento de Identificação	Órgão Emissor	Telefone	E-mail
Nome do Representante Legal			CPF
Documento de Identificação	Órgão Emissor	Telefone	E-mail
Preço de Subscrição	Quantidade de Quotas Subscritas	TOTAL	
Coordenador Caixa Econômica Federal	Gestor Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A		
Forma de Pagamento MOEDA CORRENTE NACIONAL			

TERMO DE ADESAO E CIÊNCIA DE RISCO

O Investidor declara que:

a) recebeu uma cópia integral e fiel do Regulamento e do **Prospecto do Fundo de Investimento em Participações CAIXA Ambiental**, tomou conhecimento das disposições neles contidas, em especial daquelas referentes à política de investimento, aderindo, portanto, aos termos do seu Regulamento, e manifestou seu interesse em subscrever quotas do Fundo de Investimento em Participações CAIXA Ambiental;

b) para fins de ingresso no Fundo de Investimento em Participações CAIXA Ambiental atesta neste ato que é Investidor Qualificado nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04 e alterações posteriores, enquadrando-se como:

- () instituições financeiras;
- () companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- () entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- () pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- () fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- () administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

c) está ciente de que a falsidade na prestação das informações acima mencionadas sujeitará o mesmo às penalidades previstas na legislação em vigor;

d) tem conhecimento de que o investimento mínimo no Fundo de Investimento em Participações CAIXA Ambiental será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e

e) está ciente:

- i) de que as informações do Fundo serão divulgadas no periódico “Gazeta Mercantil ou Valor Econômico”;
- ii) dos riscos decorrentes do investimento no Fundo, tal como disposto no Regulamento e no Prospecto do Fundo; e
- iii) da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de assembleia geral, nos termos do artigo 15, parágrafo primeiro da Instrução nº 391/03, da CVM.

Declaração

DECLARA PARA TODOS OS FINS QUE ESTÁ DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES EXPRESSAS NO PRESENTE DOCUMENTO, ALÉM DE TER TOMADO CONHECIMENTO (I) DAS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO REGULAMENTO DO FUNDO E NO PROSPECTO, ESPECIALMENTE AQUELAS REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTO E (II) DOS RISCOS INERENTES AO INVESTIMENTO NO FUNDO. ESTE FUNDO NÃO PERMITE O RESGATE DE COTAS, A NÃO SER NO FINAL DO PRAZO DE DURAÇÃO DO MESMO. AS COTAS OBJETO DESTA SUBSCRIÇÃO TERÃO SUA PROPRIEDADE TRANSFERIDA, FIDUCIARIAMENTE, PARA A CBLC – COMPANHIA BRASILEIRA DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA E CETIP – CÂMARA DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO, E SERÃO NEGOCIÁVEIS NO MERCADO SECUNDÁRIO, NOS TERMOS DE SEUS REGULAMENTOS INTERNOS QUE DECLARO CONHECER E CUMPRIR.

_____, _____ de _____ de _____.

SUBSCRITOR OU RESPONSÁVEL LEGAL